

RELATÓRIO ANUAL

JULHO 2022 – JUNHO 2023

REDD para Pioneiros

PROGRAMA REDD EARLY MOVERS
REM MATO GROSSO

REM MATO GROSSO | cooperação alemã | giz Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH | KFW | UK Government | FUNBIO | PCI | Governo de Mato Grosso

Sumário

Sumário

1. Resumo Executivo 7

2. Antecedentes e Contexto Institucional 9

2.1. REM MT no contexto das ações de Mato Grosso contra o desmatamento e incêndios florestais 9

2.2. Contexto Político e Econômico 10

3. Auto Avaliação da Gestão e Governança do Programa 10

4. Principais Avanços e Desafios na Implementação do Programa 11

4.1. Missão de Monitoramento 12

5. Resultados e impactos dos Subprogramas 13

5.1. Subprograma Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais - AFPCT 17

5.2. Territórios Indígenas 36

5.2.1 Fortalecimento Institucional 37

5.2.3 Projetos dos Povos Indígenas 38

5.2.3.1 Resultados alcançados pelos projetos 39

5.3. Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis 50

5.3.1. Cadeia da Pecuária Sustentável 53

5.3.1.1 Resultados alcançados na Cadeia da Pecuária Sustentável 54

5.3.2. Cadeia da Soja 59

5.3.2.1 Resultados alcançados na Cadeia da Soja Responsável 59

5.3.3. Cadeia do Manejo Florestal Madeireiro 61

5.3.4. Cadeia da Inovação em Commodities 62

5.4. Subprograma 4 - Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes 77

5.4.1. Sistema Estadual de REDD+ da Política Estadual de Mudanças Climáticas do Estado de Mato Grosso 77

5.4.2. Monitoramento e Controle do Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais 77

5.4.3 Macro-estratégia para o desenvolvimento sustentável em MT 80

5.4.3.2 Consultoria Internacional 81

5.4.3.3 PCI 82

5.4.4 Políticas Públicas Estruturantes do Programa REM 84

6. Cronograma físico e de desembolsos 93

7. Temas Transversais ao Programa 93

7.1. Aspectos de Gênero 93
7.2. Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (MEL) 94
7.2.1. Sistema de Gestão GPWeb 95
8. Prioridades para o ano de 2024 100
9. Anexos 100
Quadro de Contatos 101

Tabelas

Tabela 1: Área de alertas de desmatamentos gerados por Subprogramas Dados referentes ao período de 2020 a 2023 **16**
Tabela 02: Organizações proponentes nas chamadas do Subprograma AFPCT. **17**
Tabela 03: Matriz de indicadores do Subprograma Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais- Status em Jun/2023 **29**
Tabela 04: Matriz de indicadores do Subprograma Territórios Indígenas- Status em Jun/2023 **40**
Tabela 05: Matriz de indicadores do Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis- Status em Jun/2023 **69**
Tabela 06: Matriz de indicadores do Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis- Status em Jun/2023 **85**
Tabela 8: Desembolsos realizados **93**
Tabela 09: Taxa de crescimento e interações com o público das notícias e redes sociais 2022/23 **99**
Tabela 10: Quadro de Contatos **101**

FIGURAS

Figura 01: Mapa da área desmatada nos municípios do Mato Grosso no período de 2022 a 2023 **13**
Figura 02: Quantidade de projetos do REM/MT por municípios. **14**
Figura 03: Atuação dos projetos das Chamadas 03.2020 e 12.2022 do Subprograma AFPCT nos municípios de MT. **19**
Figura 04: Atuação dos projetos das Chamadas 03.2020 e 12.2022 do Subprograma AFPCT nos municípios de MT. **19**
Figura 05: Oficina de Planejamento da coleta da castanha da safra 2022/2023 na TI Zoró, Projeto ADERJUR **21**
Figura 06: Oficina de análise de gênero na cadeia de valor do Baru no Distrito de Faval, Município de Nossa Senhora do Livramento. **28**
Figura 07: Mapa de concentração das aldeias beneficiadas pelos projetos do Subprograma Territórios Indígenas. **36**
Figura 08: Participantes da 10ª Reunião de Governança do subprograma Territórios Indígenas. **38**
Figura 09: Projetos em terras Indígenas apoiados pelo Programa REM. **40**
Figra 10: Lideranças indígenas participantes do Curso de gestão e elaboração de projetos **42**
Figura 11: Lideranças que participaram de dois módulos de capacitação em Mídias Sociais (Mulheres) **42**
Figura 12: Terras Indígenas e empreendimentos em MT **44**
Figura 13: Lideranças indígenas e participantes do Seminário de Gestão Territorial e Ambiental dos Territórios Indígenas de MT. **45**
Figura 14: Principais resultados no Subprograma de Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis até julho de 2023. **51**
Figura 15: Situação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) das propriedades atendidas no âmbito do Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis. **52**
Figura 16: Mapa de atuação do Subprograma de Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis. **53**
Figura 17: Número de propriedades beneficiadas, taxa de lotação, área de pastagem e grau de degradação das pastagens no municípios de atuação da EMPAER **55**
Figura 18: Pontos críticos evidenciados nos Planos Produtivos, ambientais e socioambientais. **57**
Figura 19: Eventos de transferência de tecnologias **63**

Figura 20: Mosaico de algumas imagens dos projetos e eventos do Subprograma PIMS **66**
Figura 21: Modelo de relatório com análise de desmatamento adotado pelo Subprograma PIMS. **67**
Figura 22: Print do post no Instagram do REM MT, mostrando o destaque que o programa ganhou no twitter na COP **96**
Figura 23: Coordenadora do REM MT Lígia Vendramin durante entrevista para o Canal Rural, veículo de alcance nacional[1]. **96**
Figura 24: Ação do REM MT repercute no maior site de notícias do estado **97**
Figura 25. Exemplo de card para a campanha do 'Zap REM' destinado ao público indígena do Subprograma B. **98**
Figura 26: O Instagram do Programa REM MT (24 de agosto de 2023). **98**

Gráficos

Gráfico 1: Execução Financeira por ano (2019 a jun/23). **8**
Gráfico 2: Execução Financeira (Jul/22 - Jun/23) **9**
Gráfico 03: Evolução da área de atuação no período de 2020/2021 e 2022/2023. **15**
Gráfico 4: Percentual de alertas em relação à área total de atuação no período de 2020/2021 e 2022/2023. **16**
Gráfico 05. Valores médios de emissão, remoção e balanço de GEE por sistema produtivo. Fonte: Consultoria IMAFLORA e dados EMPAER MT. **26**
Gráfico 06: Distribuição do número de projetos por Regionais da FEPOIMT em MT. **37**
Gráfico 07: Situação das Organizações Indígenas de Base. **43**
Gráfico 08: Mecanismos de execução direta e indireta (valor em milhões de reais) **51**
Gráfico 09: Nível de conformidade ambiental, social e produtiva de propriedades atendidas pelo projeto da Aliança da Terra. **60**
Gráfico 10: Autos de Infração emitidos por ano (SEMA, BEA, BPMPA). **78**
Gráfico 11: Área embargada por ano. **79**

[1] Disponível em: https://www.canva.com/design/DAFZWJzlV64/JoOJ045qqcMUIhjGCHIRfw/edit?utm_content=DAFZWJzlV64&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton.

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

BEIS – Department for Business, Energy and Industrial Strategy
BPMPA/MT - Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental
CAPAG - Capacidade de Pagamento
CEGREM – Comitê Estratégico de Gestão do Programa REM em Mato Grosso
CI – Consultoria Internacional (GOPA/OT)
CIPEM - Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso
CMCR+/SEMA/MT - Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+
COP – UNCCD - Conference of the Parties
CREM MT – Coordenação do Programa REM Mato Grosso
DPL – Development Policy Loan
EMPAER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso
ERB – Estratégia de Repartição de Benefícios do Programa REM
FMMC – Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FEPOIMT – Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso
GCP REM – Grupo de Coordenação do Programa REM
GIZ – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
GREM – Gerência do Programa REM – FUNBIO
ICV – Instituto Centro de Vida
IDH - *Initiatief voor Duurzame Handel*
The Sustainable Trade Initiative
Iniciativa para um Comércio Sustentável
IMAC – Instituto Mato Grossense da Carne
KfW – KfW-Entwicklungsbank
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MOP – Manual Operacional do Projeto
MPE/MT Ministério Público do Estado de Mato Grosso
MPF - Ministério Público Federal
MT – Mato Grosso
N.O. – Não Objeção
PCI – Estratégia Produzir, Conservar e Incluir
PDI – Plano de Investimento
PPCDIF/MT – Plano de Combate ao Desmatamento e Incêndios Florestais de Mato Grosso
REDD – Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation
SAD – Sistema de Alerta de Desmatamento
SEAF - Secretaria de Estado de Agricultura Familiar
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

SEMA/MT – Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso
SESP/MT - Secretaria de Estado de Segurança Pública
SGRSA – Sistema de Gestão de Riscos Sócio Ambientais
TdR – Termo de Referência
UPPE/SEMA - Unidade de Programas e Projetos/SEMA

<table>
<tr><td colspan="2">Título do Programa: REDD Early Movers Mato Grosso</td></tr>
<tr><td colspan="2">Instituição responsável: FUNBIO / Parceria executiva SEMA-MT</td></tr>
<tr><td colspan="2">Gerente do Programa (FUNBIO): Dante Novaes
Telefone: (21) 2123-5324
E-mail: dante.novaes@FUNBIO.org.br</td></tr>
<tr><td colspan="2">Coordenadora do Programa (GCP REM): Lígia Vendramin
E-mail: ligiavendramin@sema.mt.gov.br</td></tr>
<tr><td>Período de abrangência do relatório:
De 01/07/2022 a 30/06/2023</td><td>Data de envio do relatório: 06/09/2023
Versão final:</td></tr>
</table>

1. Resumo Executivo

O presente relatório aborda o período de 01.07.2022 a 30.06.2023, no qual totalizamos 45 contratos de desembolsos nos três Subprogramas, sendo 21 do Subprograma de Agricultura Familiar de Povos e Comunidades Tradicionais, 23 do Subprograma de Territórios Indígenas e 01 no Subprograma de Produção Inovação e Mercados Sustentável. Tais investimentos dão continuidade ao processo de distribuição dos benefícios por meio das organizações não governamentais.

Entre os projetos contratados desde 2019, que somam 86, sete projetos foram completamente executados, sendo três do Subprograma AFPCT, três do PIMS e um do TI. A expectativa é que os projetos contratados pelas chamadas realizadas em 2020, sejam concluídos até dezembro de 2023, de todo modo, boa parte dos resultados e impactos já podem ser observados na descrição dos subprogramas.

O Subprograma de Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais deu continuidade à estratégia de atuar nas cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros, por meio do aprofundamento da análise situacional sobre as necessidades dos beneficiários. A partir desse estudo houve a Chamada 12/2022, que transcorreu com o apoio especializado de uma Mentoria Estratégica para a elaboração das propostas, fechando o processo da Manifestação de Interesse. Ao todo foram contratadas 21 organizações, que estão vinculadas a 17 cadeias produtivas, sendo elas: pequi, castanha do Brasil, babaçu, cumbaru, mel, borracha, açaí, jatobá, cajá, copaíba, bocaiúva, favela, cacau, sementes nativas, hortaliças, fruticultura (banana, café, limão) e leite.

No período retratado aqui, podemos também observar a evolução dos projetos contratados pela Chamadas 01 e 02/2022, no âmbito do Subprograma de Territórios Indígenas. Como resultado foram aprovados 16 projetos na chamada 01/2022 (projetos locais) e 07 projetos da chamada 02/2022 (projetos estruturantes). Os projetos em execução chamam atenção por terem como pano de fundo a geração de renda e melhoria na qualidade de vida, principalmente por meio de saúde e segurança alimentar com a implantação de roças e comercialização de excedentes até capacitação em fabricação, instalação e manutenção de placas fotovoltaicas.

O Subprograma de Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes seguiu a estratégia de combate ao desmatamento ilegal, avançando na construção do seu sistema próprio que ja está em fase de validação pela SEMA. Foi um período importante também para capacitações e avanços tecnológicos importantes.

Quanto à execução financeira, no período relatado, o Programa REM MT chegou ao mês de junho de 2023 com a execução de R$55.724.549,92 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos), alcançado uma execução global acumulada de R$167.650.633,74 (cento e sessenta e sete milhões, seiscentos e cinquenta mil, seiscentos e trinta e três

reais e setenta e quatro centavos) desde o início de sua implementação. Há ainda a executar o saldo de R$84.822.705,16 (oitenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil, setecentos e cinco reais e dezesseis centavos), dos quais R$51.545.223,42 (cinquenta e um milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, duzentos e vinte e tres reais e quarenta e dois centavos) encontram-se comprometidos (recursos alocados em contratos, aquisições, projetos de desembolso e demais modalidade de execução), R$10.292.593,36 (dez milhões, duzentos e noventa e dois mil, quinhentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos) previstos (processos que se encontram internalizados no FUNBIO para trâmites de contratação/aquisição) e R$22.984.888,37 (vinte e dois milhões, novecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos) como saldos a serem solicitados (valores planejados mas ainda não solicitados pelos executores).

Ainda, na data de corte do presente relatório, para o período relatado, houve a entrada líquida de R$5.595.306,73 (cinco milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, trezentos e seis reais e setenta e três centavos) em rendimentos, totalizando um montante acumulado líquido de R$29.123.671,76 (vinte e nove milhões, cento e vinte e três mil, seiscentos e setenta e um reais e setenta e seis centavos) de rendimentos sobre os recursos recebidos. Em relação aos valores relacionados aos rendimentos, correspondem à Imposto sobre Operação Financeira (IOF) e Tarifas Bancárias um valor global de R$961.336.43 (novecentos e sessenta e um mil, trezentos e trinta e seis reais e quarenta e três centavos).

O gráfico abaixo apresenta os valores de execução por ano desde o início da execução efetiva do Programa REM MT (julho de 2019). O gráfico nos demonstra que, embora tenhamos enfrentado dois anos de pandemia, houve pouco impacto na execução financeira do Programa REM MT. Outro aspecto que pode ser percebido é que as chamadas de projetos auxiliam na alavancagem da execução.

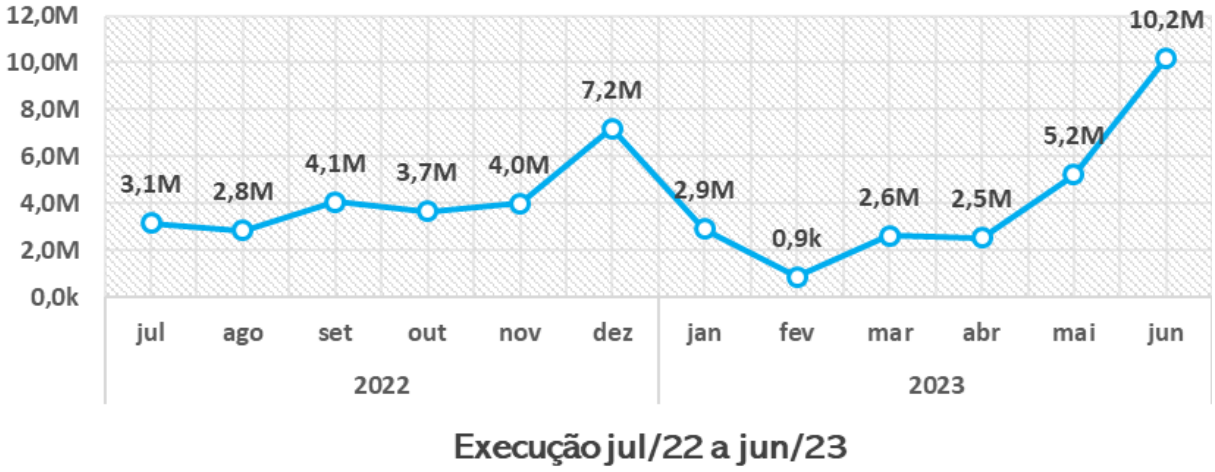
O gráfico abaixo apresenta a execução do programa, em moeda local (reais), entre os anos de 2019 e 2023 (até jun/23).

Gráfico 1: Execução Financeira por ano (2019 a jun/23).



O gráfico abaixo apresenta, em moeda local (reais), a execução financeira do período subdividida por meses.

Gráfico 2: Execução Financeira (Jul/22 - Jun/23)



2. Antecedentes e Contexto Institucional

2.1. REM MT no contexto das ações de Mato Grosso contra o desmatamento e incêndios florestais

Ao longo do período retratado no presente relatório o Programa REM MT manteve sua estratégia de combate ao desmatamento ilegal no estado, envidando seus melhores esforços com a conjugação de ações como o monitoramento diário da cobertura florestal do estado por meio do desenvolvimento de sistemas e sensoriamento remoto, alertas automáticos de desmatamento, remoção de maquinários. Sendo possível observar o início da reversão do desmatamento ilegal. De acordo com o os relatórios do PRODES, entre 2021/2022, Mato Grosso apresentou redução de 13%, em relação ao mesmo período anterior.

Entretanto, o avanço da implementação da agenda de regularização ambiental tem impulsionado os proprietários a buscarem a formalização da solicitação do desmatamento, alcançando no primeiro semestre de 2023 cerca de 40% de toda área aberta.

Tal situação tem impulsionado discussões no sentido de avançar na implementação do módulo da compensação de reserva legal no SIMCAR, bem como na criação de um programa de pagamentos por serviços ambientais. Ambos temas devem ser retratados dentro da Fase 2 do Programa.

2.2. Contexto Político e Econômico

A análise da conjuntura econômica de MT realizada pela SEFAZ para o segundo semestre de 2022 e início de 2023, relata sobre o cenário global incerto, com a desaceleração da produção em algumas das maiores economias do mundo devido ao aumento das taxas de juros para combater a inflação e as incertezas em torno da atividade econômica chinesa, representando riscos significativos para Mato Grosso. Sendo o estado fortemente dependente da exportação de commodities, e considerando a possível queda na demanda global por esses produtos, havia a expectativa de uma queda na demanda da safra 2022-2023, impactando a economia local, entretanto a projeção não se confirmou e mais uma vez o estado foi um recordista nas exportações de commodities.

A relevância do fato, para além da economia, se dá pela pressão exercida sobre as áreas naturais, uma vez que ainda não está consolidada uma política para recuperação e uso de áreas abertas. O caminho para tal precisa incluir uma estratégia de acesso a créditos bancários para possibilitar a recuperação das pastagens em degradação severa e intermediária, sendo estas estimadas em cerca de 5.7 milhões ha em MT, segundo dados do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento da Universidade Federal de Goiás (2022).

O combate ao desmatamento ilegal continua sendo uma prioridade na agenda política do Governo do Estado de Mato Grosso destacando o compromisso do Governo com a meta de descarbonização e prevendo a neutralização das emissões até 2035.

O Governador tem difundido a alteração do Artigo 243 da Constituição, que trata sobre a expropriação de terras a partir da identificação de plantios ilegais de drogas, para incluir também imóveis onde sejam comprovados desmatamentos ilegais. A estratégia é vista como bastante audaciosa, mas a proposta foi apresentada a nível nacional em reunião com o Governo Federal.

Iniciadas em 2022, as tratativas sobre a Fase 2 mantiveram os atores engajados na construção de novas estratégias para que o estado possa continuar a produzir em escala, com critérios e salvaguardas, e beneficiar aqueles que querem conservar os ativos ambientais.

3. Auto Avaliação da Gestão e Governança do Programa

Após quatro anos de execução do Programa REM MT observa-se que o arranjo desenhado para a sua Gestão e Governança tem se mostrado funcional e tem amadurecido, apesar de alguns pontos de atenção ainda serem observados. O esforço contínuo de diálogo e articulação de modo a manter todos engajados se mantém presente, e avançou especialmente no diálogo com o Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais.

Por outro lado, está mais evidente a necessidade da incorporação de uma plenária para discussão sobre as questões de gênero no Programa e a expectativa é que com o início da Fase 2, em fevereiro de 2024, isso seja implementado.

A comissão de governança do Subprograma de Territórios Indígenas, se manteve em pleno funcionamento ao longo do período, tendo inclusive passado por eleições. A cada reunião avança nos processos de tomada de decisão mostrando sinais de maturidade da FEFOIMT, bem como dos representantes das regionais.

4. Principais Avanços e Desafios na Implementação do Programa

Dentre os avanços podem ser destacados a efetivação de três chamadas, sendo uma do Subprograma AFPCT e outras duas chamadas do Subprograma TI para projetos locais e estruturantes. Ao todo somam-se 95 contratos com subexecutoras, fato que ao mesmo tempo é sinal de sucesso como também um imenso desafio.

Entendemos como sucesso pois estamos alcançando muitas organizações de base e observamos o recurso atingir os objetivos fidedignos das comunidades, e ao mesmo tempo desafio quando precisamos realizar o monitoramento adequado.

As três chamadas realizadas em 2023, estabeleceram a duração dos projetos em 12 meses, e a finalização deles o marco para encerramento da Fase 1 do Programa REM MT. Para tal, o Grupo de Coordenação entende que o monitoramento é a etapa crucial para sucesso dessa estratégia.

Sobre as etapas de monitoramento em escritório, financeira e técnica, houve um avanço importante no aperfeiçoamento das rotinas, tanto nas equipes das subexecutoras, da coordenação do Programa REM, bem como no FUNBIO. O FUNBIO responsável pela aprovação das prestações de contas, ampliou o time em meados de maio, fato que garante a análise dentro de 30 dias.

Há ainda o monitoramento em campo que ocorre ou quando o projeto está no terço final de execução financeira ou quando ele demonstra dificuldades cruciais tanto na prestação de contas, quanto na relatoria técnica. A visita, em geral, orienta para a superação dos desafios da organização e checa a aplicação dos recursos. Diante do tamanho da demanda e das dificuldades de logística, a checagem em campo tem sido realmente desafiadora.

Em andamento, no Subp. TI, há um contrato com uma organização não governamental a fim de experimentar o monitoramento participativo da comunidade ao longo da execução dos projetos. Ainda não temos resultados concretos que nos permita avaliar tal opção.

4.1. Missão de Monitoramento

A missão de monitoramento do Programa REM MT ocorreu no período de 06 a 12 de julho de 2023, e foi dividida em dois momentos, sendo um para avaliação dos resultados da Fase 1 e o segundo momento para realização dos alinhamentos necessários para a formalização e implementação da Fase 2.

O monitoramento da Fase 1 incluiu além das apresentações sobre os resultados, duas visitas a campo, sendo uma no Povo Umutina, no município de Bugres, para observar os investimentos realizados na reforma das roças, e a segunda visita no Quilombo de Mata Cavalo, em Nossa Senhora do Livramento, onde foi possível observar as roças e o beneficiamento de produtos como a Banana-da-terra e o Cumbaru.

A formalização da Fase 2 ocorreu por meio da assinatura do Memorando de Entendimento entre o KfW, o Governo do Reino Unido, representado pela Embaixada, e o Estado de Mato Grosso. Discutiu-se também o cronograma de entregas de documentos para a consolidação do Acordo em Separado e o primeiro desembolso. O gestor financeiro da Fase 2, definido por meio de licitação, a Fundação Amazônia Sustentável, acompanhou toda a discussão e alinhou uma estratégia de nivelamento com o time de coordenação do Programa REM MT.

Toda missão foi registrada em duas ajudas de memória separadas, uma referente à Fase 1 e outra da Fase 2, com apoio da Consultoria Internacional (CI), GOPA.

5. Resultados e impactos dos Subprogramas

O ano de 2023 trouxe avanços significativos nas análises geoespaciais, permitindo observar a presença de desmatamento ilegal e queimadas sobrepostas às áreas de atuação do Programa.

Em um recorte, considerando os sete municípios mais desmatados em MT, sendo eles: Feliz Natal (MT) – 175,45 km², Colniza (MT) – 58,42 km², Juara (MT) – 52,68 km², Porto dos Gaúchos (MT) – 50,27 km², Aripuanã (MT) – 49,4 km², Querência (MT) – 42,51 km² e Nova Santa Helena (MT) – 40,25 km² (Figura 01), observamos a existência de projetos financiados pelo REM MT em 05 deles, sendo o município de Querência onde há o maior número de projetos em execução (Figura 02).

Espera-se que a execução das atividades pelos beneficiários venha somar aos esforços de combate ao desmatamento. As práticas de baixo carbono adotadas, a recuperação de áreas degradadas e passivo ambiental, entre outras atividades, que demonstram alternativas econômicas sustentáveis são aliadas na reversão da taxa de desmatamento atual.

Conjuntamente os três subprogramas com benefícios diretos atenderam 107 municípios, além do subprograma de fortalecimento de políticas públicas, cujos benefícios foram distribuídos em todo estado.

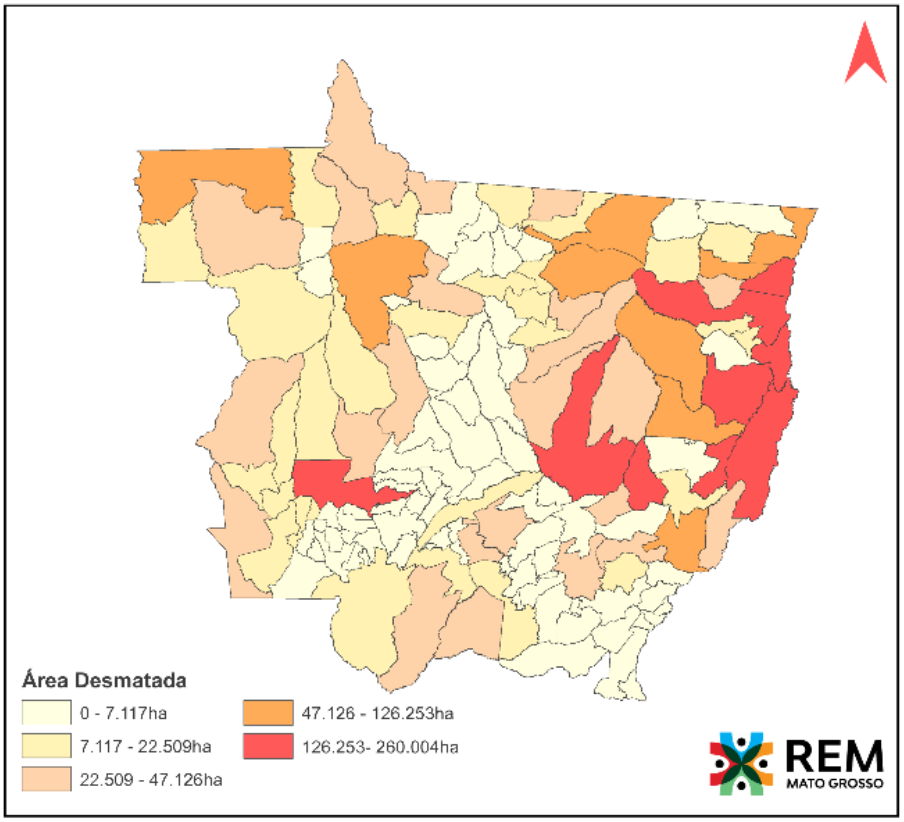


Figura 01: Mapa da área desmatada nos municípios do Mato Grosso no período de 2022 a 2023.

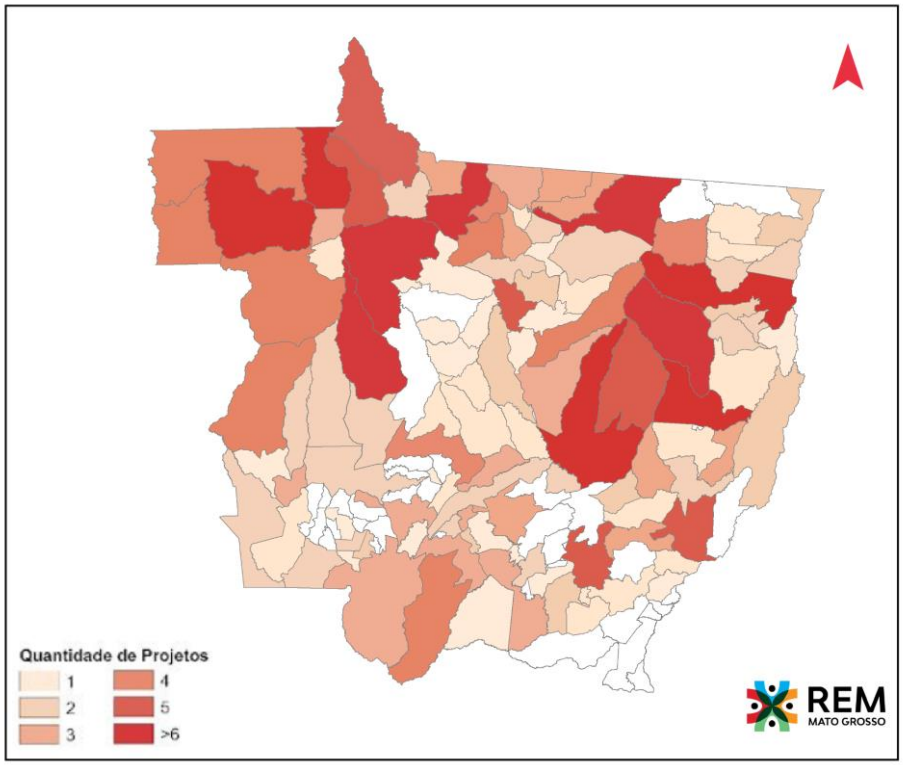
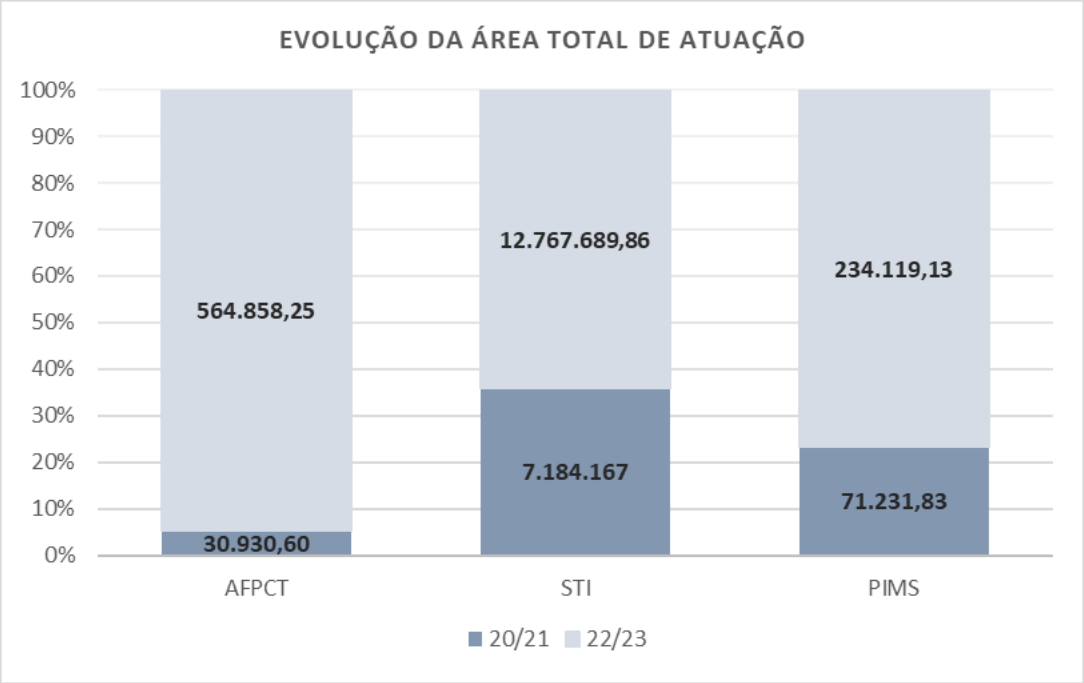


Figura 02: Quantidade de projetos do REM/MT por municípios.

A eficácia do monitoramento dos projetos em cada subprograma, permitiu a coleta de uma quantidade substancialmente maior de dados de localização dos beneficiários, resultando em um aprimoramento significativo na capacidade de análise. No período de 2020 a 2021, para o Subprograma A, por exemplo, as análises seguiram em torno de 31 mil hectares, enquanto este ano o alcance foi ampliado para aproximadamente 564 mil hectares. Esse aumento significativo também se reflete nos demais subprogramas (Gráfico 03).

Gráfico 03: Evolução da área de atuação no período de 2020/2021 e 2022/2023.

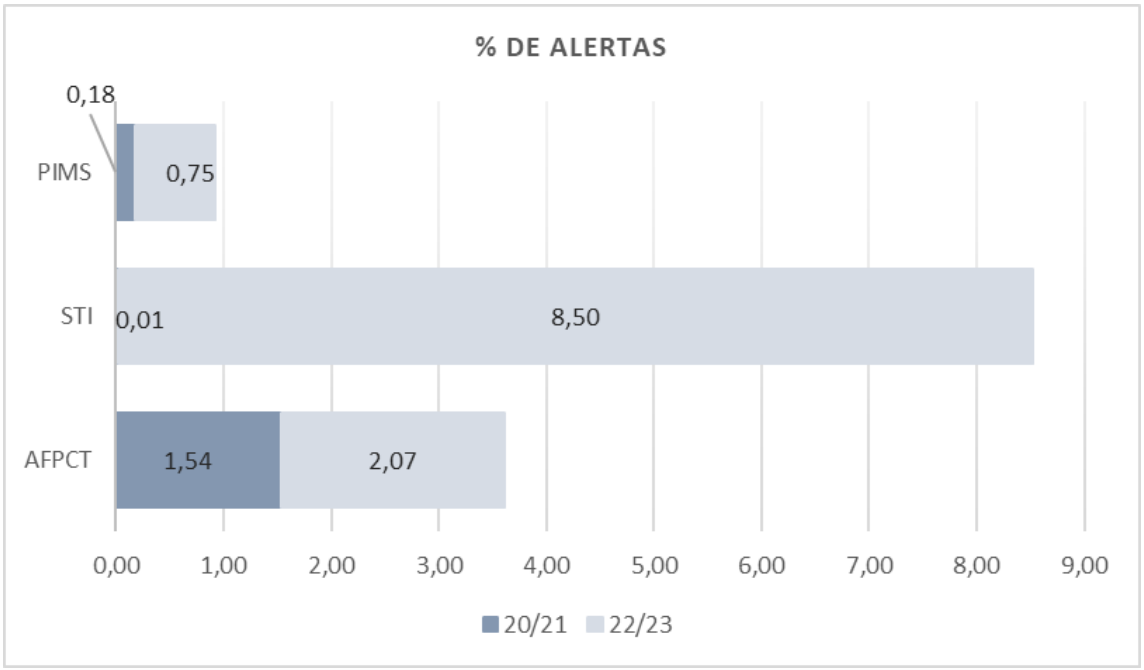


Das propriedades atendidas pelos subprogramas A e C, observou-se através do monitoramento diário com imagens Planet, a detecção de mudança na cobertura vegetal nativa de 1,68% da área, seja pelas tipologias de corte raso, corte seletivo, queimada, mineração ou degradação florestal (Tabela 1). Sobre o Subprograma B, a análise foi realizada considerando a área total dos territórios indígenas nos quais o REM atuou no Plano Emergencial de Combate ao COVID-19, alcançando 8,50% de desmatamento na área (Gráfico 04).

SUBPROGRAMA	ÁREA ATENDIDA COM CAR (HA)		ÁREA COM ALERTAS (HA)	
	20/21	22/23	20/21	22/23
SUBPROGRAMA AFPCT	30.930,6	564.858,25	475,5	11.700,10
SUBPROGRAMA TI	7.184.167,62	12.767.689,86*	1024,8	1.085.507,30
SUBPROGRAMA PIMS	71.231,83**	234.119,13	128,0	1.748,47
TOTAL	**7.286.330,05**	**13.566.667,24**	**1.628,3**	**1.098.955,87**

Tabela 1: Área de alertas de desmatamentos gerados por Subprogramas
Dados referentes ao período de 2020 a 2023
* Dados incluindo todos os territórios indígenas de atuação no período de 2023.
**Dados parciais, incluindo dois projetos da Chamada 08/2020, no período de 2021.

Gráfico 4: Percentual de alertas em relação à área total de atuação no período de 2020/2021 e 2022/2023.



5.1. Subprograma Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais - AFPCT

O Subprograma AFPCT foi estrategicamente planejado para promover o desenvolvimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade, priorizando cadeias conectadas com a manutenção da floresta em pé, especialmente o extrativismo de produtos não madeireiros com a participação dos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais.

Com informações não sistematizadas sobre as condições econômicas e sociais das comunidades rurais do estado, bem como ausência de um diagnóstico sobre a atuação das organizações sociais nas cadeias de valor, várias ações foram executadas ao passo que se avançava na aproximação junto às comunidades por meio de oficinas e capacitações.

Na primeira Chamada do Subprograma (03.2020), foram contratados 22 projetos, dos quais 14 foram de ONG 's de médio e grande porte, com experiência comprovada em gestão de projetos. Mesmo não sendo o objetivo do edital, as exigências técnicas e documentais conduziram o resultado para tal. Entretanto, para implementar os projetos, tais instituições executoras conectaram-se às organizações de base, e dessa atuação e desenvolvimento de expertises, foi possível que no momento da próxima chamada (12/2022) as associações e cooperativas se sentissem mais motivadas e preparados para serem protagonistas de suas propostas. Tal condição permitiu que 95% das proponentes com Planos de gestão aprovados fossem de organizações de base da agricultura familiar, sendo que apenas uma tem como coordenadora do projeto uma ONG que aglutina uma grande cooperativa (COOPCERRADO, correspondendo aos 5% restantes) da Chamada 12/2022 (Tabela 02).

Tabela 02: Organizações proponentes nas chamadas do Subprograma AFPCT.

Proponentes da Chamada 03/2020	Nº Organizações Beneficiárias na Chamada 03.2020	Nº Organizações de base Aprovadas na Chamada 12.2022	Organizações Proponentes dos Planos de Gestão Aprovados na Chamada 12/2022 e organizações aglutinadas
ACCPAJ	1	1	ACCPAJ (AIABA)
ACORQUIRIM	13	0	-
ADERJUR	2	1	APIZ (COOPERAPIZ)
AGRIPAC	1	1	AGRIPAC
CEDAC	2	1	CEDAC (COOPCERRADO)
CONEXSUS	32	5	COPERREDE, COOPERQUER, COOPERNOSSASENHORA,

			COOPSOB, AGRIPAC
COOPERPRATA	1	0	-
CTA	9	1	ARPEP
ICV	1	0	-
Instituto Kuradomodo	1	0	-
Instituto Raoni	2	0	-
IOV	3	2	AMAFPA e COOPERGUARITA
IPAM	4	1	COOPERQUER
ISA	5	2	COOPERGUARITA e ACAMPAZ
Pacto das Águas	5	0	-
UNISELVA-GAIA	2	1	COOPERVIA

No período deste relatório houve a continuidade da execução dos 22 projetos contratados pela Chamada 03/2020, distribuídos em 52 municípios. Também, temos na Chamada 12/2022, aprovados 21 projetos (Planos de Gestão), os quais ampliaram para 89 municípios a atuação do Subprograma (Figura 03).

Os projetos da Chamada 03/2020 encontram-se em andamento, em diferentes fases de execução física-financeira. Dos 22 projetos (representados pelas instituições executoras), 18 encontram-se em fase final de execução física, sendo eles: ADERJUR (99,47%), CONEXSUS (99,57%), Pacto das Águas (96.74%), GAIA (99,26%), ISA (90,34%), IOV (96,19%), CTA (89,30%), ACORQUIRIM (86,76%), CEDAC (87,84%), IPAM (84,96%), FUNDAÇÃO UNISELVA (77,91%) ACCPAJ (81,48%), COOPERPRATA (70,56%), ICV (60,31%), SOENAMA (74,56%), AGRIPAC (63,79%), FAEPEN (75,60%) Instituto Raoni (53,64%) ,e 04 Projetos estão com menos de 50% de prestação de contas da execução física, que são a ARSX (29%), EARTH INNOVATION INSTITUTE (41,39%), INSTITUTO KURÂDOMÔDO (37%) e ARPA (25%). Além disso, cinco projetos prestaram contas financeiras comprovando a execução de menos de 50% dos recursos planejados, sendo eles: AGRIPAC (46%), ARSX (34%), SOENAMA (34%), EII (16%), e ARPA (24%). Tal situação corroborou com a necessidade de apoio extra do time da coordenação do programa REM MT para avaliar os gargalos de execução e melhorias na performance nestes projetos.

Juntos, as chamadas totalizam aproximadamente R$72,5 milhões até então, temos contratados projetos somando R$67,9 milhões, dos quais 51,5% do total já foi desembolsado às instituições proponentes, sendo 38% dos recursos com as prestações de contas aprovadas. Além disso, houve a conclusão do projeto da

EMPAER, com a produção dos Planos Produtivos para 2.717 famílias das 3.200 famílias previstas em planejamento (Figura 04).

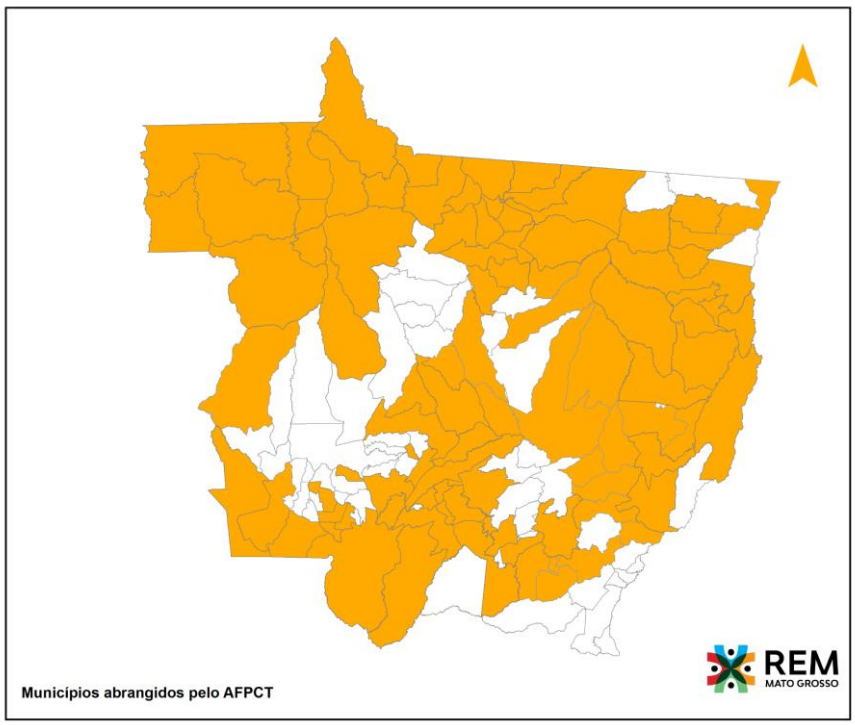


Figura 03: Atuação dos projetos das Chamadas 03.2020 e 12.2022 do Subprograma AFPCT nos municípios de MT.

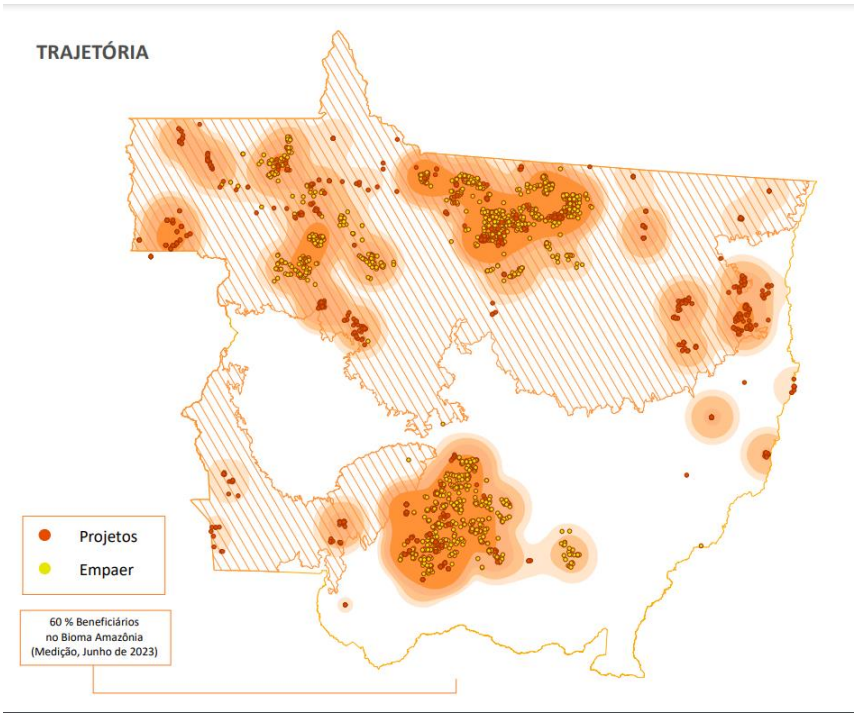


Figura 04: Atuação dos projetos das Chamadas 03.2020 e 12.2022 do Subprograma AFPCT nos municípios de MT.

5.1.1 Produtos Florestais não madeireiros

Em relação ao extrativismo de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM), tivemos avanços significativos com 5 projetos ativos originados da Chamada 03/2020. Esses projetos focam majoritariamente na estruturação de cadeias produtivas de PFNM, desde a organização de áreas de manejo até a comercialização. A inclusão de 14 novos projetos pela Chamada 12/2022 ampliará ainda mais nossa atuação nesse setor.

Os projetos da mais recente chamada, 12/2022, trazem um equilíbrio mais acentuado nas ações voltadas aos elos de atuação das cadeias de valor da sociobiodiversidade. Agora, temos uma abordagem mais holística que beneficia todos os elos dessas cadeias, favorecendo um desenvolvimento mais harmonioso. Os planos de gestão estabelecem uma abordagem multifacetada para alcançar uma série de objetivos essenciais. Esses objetivos buscam não apenas fortalecer várias cadeias produtivas e comunitárias, mas também apontar para a sustentabilidade e a inclusão. A ênfase está em aumentar a capacidade produtiva, de armazenamento e vendas por meio de um conjunto de estratégias que incluem a contratação e remuneração adequadas, a redução de custos e uma maior competitividade no mercado, garantindo assim a melhoria da renda gerada pela floresta em pé. Também visa consolidar vendas antecipadas e fortalecer a identidade e a marca locais. Um aspecto notável desses objetivos é a gestão inclusiva que valoriza a equidade de gênero e a inclusão da juventude. A incorporação de comunidades indígenas e rurais também é uma alta prioridade. Os planos apontam para a implementação de negócios comunitários específicos e para o desenvolvimento de infraestruturas que facilitem a certificação orgânica, a produção sustentável e a comercialização de produtos.

Entre os produtos mais destacados estão o pequi, a castanha, o cumbaru e a borracha. Atualmente, contabilizamos 19 projetos aprovados e 17 já contratados e em execução. Dois projetos remanescentes da Chamada 12/2022 aguardam a contratação de consultoria que auxiliará no acompanhamento e monitoramento desenvolvendo expertises locais com as organizações beneficiadas.

Caminhamos também para o encerramento dos projetos da Chamada 03.2020, o projeto Sentinelas da Floresta sob execução da Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena - ADERJUR (Figura 05) encontra-se com todas as prestações de contas aprovadas e aguardando somente a análise e aprovação do relatório final. O projeto conclui com a entrega da primeira fábrica de processamento de castanha do Brasil instalada na Terra Indígena Zoró.

O projeto Cutiando - castanha e sustentabilidade na região noroeste de Mato Grosso, sob execução da Associação de Coletores de Castanha do Brasil do PA Juruena - ACCPAJ encontra-se também com todas as prestações de contas aprovadas e aguarda a aprovação do relatório final. O projeto conclui com a entrega da fábrica de

processamento de castanha do Brasil instalada no município de Cotriguaçu, com capacidade de processar 32 ton/ano.

O projeto Biodiverso, sob execução da Associação Pacto das Águas, encontra-se também com todas as prestações de contas aprovadas e aguarda somente a aprovação do relatório final. O projeto conclui com importantes entregas para o fortalecimento do agroextrativismo comunitário da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt e de pequenos produtores nos arredores da zona de amortecimento da Resex.

Entretanto, enfrentamos desafios como o ocorrido no projeto liderado pela Associação Soenama do Povo indigena Paiter Suruí, voltado para a cadeia produtiva do babaçu. Este projeto, de gestão indígena, enfrenta graves problemas administrativos, principalmente nas prestações de contas. Juntos, FUNBIO e o Grupo de Coordenação do Programa REM MT trabalham para solucionar essas questões.



Figura 05: Oficina de Planejamento da coleta da castanha da safra 2022/2023 na TI Zoró, Projeto ADERJUR

5.1.2 Extrativismo de Sementes Florestais

O extrativismo de sementes florestais é principalmente financiado por desembolsos e, até a Chamada 03/2020, poucas organizações no estado haviam se engajado nesta cadeia da restauração. A Chamada 12/2022 foi introduzida para fortalecer especificamente essa cadeia de valor e, ao todo, teremos quatro projetos abordando esta temática. Um desses projetos, cujo contrato foi efetivado no primeiro trimestre de 2023, se destina a implantar o Plano de Gestão da Cadeia de Sementes Florestais da

Rede Sementes Portal da Amazônia - RSPA, cujo nome é Lançando Novas Sementes, que está sendo executado pela COOPERGUARITA, cujo objetivo será o de fortalecer a organização institucional junto aos grupos de sementes e acompanhamento técnico das atividades produtivas da Rede Sementes Portal da Amazônia – RSPA.

Diversos desafios afetaram a implementação dos projetos da Chamada 03/2020. Por exemplo, o Projeto do Instituto Socioambiental (ISA) enfrentou atrasos devido ao falecimento de seu coordenador por COVID-19.

Já o projeto da Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX) teve contratempos relacionados à mudança de sua sede para o Município de Nova Xavantina e implementando uma nova dinâmica organizacional e comemorando em 2022 seus 15 anos de existência enquanto ‘’rede’’. A ARSX promoveu também o I Seminário da Rede de Sementes do Xingu (ARSX), que reuniu diversos atores para discutir os desafios e as perspectivas da restauração florestal em Mato Grosso e no Brasil. Ao todo, 145 pessoas estiveram presentes, incluindo indígenas, agricultores familiares, fazendeiros, técnicos, professores, representantes de organizações do terceiro setor e agentes políticos de pelo menos 18 municípios mato-grossenses, além da Terra Indígena do Xingu, da Terra Indígena Marãiwatsédé e de estados como São Paulo, Goiás, Rondônia e Distrito Federal.

Além disso, o Projeto do Instituto Raoni encontrou dificuldades operacionais, como enchentes e distâncias a serem percorridas para a execução de obras dentro da Terra Indígena Capoto/Jarina, integrante do Parque Indígena do Xingu.

Como resultado desses desafios, os projetos da Chamada 03/2020 tiveram que ser aditivados para garantir a completa realização das ações previstas, com término previsto para o segundo semestre de 2023.

5.1.3 Fruticultura, cultivos perenes e apicultura

O eixo de fruticultura, cultivos perenes e apicultura abarca um total de 11 projetos financiados principalmente pelas Chamadas 03.2020 e 12.2022. A Chamada 12/2022, em particular, selecionou cinco planos de gestão visando fortalecer as cadeias de valor de banana, açaí e café. Estes planos impactarão positivamente mais de 145 famílias.

Melhorias previstas nos Planos de Gestão de cadeias de valor da sociobiodiversidade da Chamada 12.2022: Estruturação sustentável da Cadeia de Valor do Café, com foco na agricultura familiar; Implementação de sistemas agroflorestais, incentivando uma produção diversificada e sustentável; Potencialização do cultivo de bananas e consorciação com açaí para otimização dos recursos naturais e aumento da produtividade; Aperfeiçoamento nas instalações, lavoura e produção voltados à cadeia da banana; Estruturação de equipamentos coletivos e suporte às famílias na produção de banana.

Com relação ao status de andamento dos projetos da chamada 03.2020:

- IPAM: Em fase de finalização, mudou seu foco para quintais produtivos na fruticultura devido a desafios na cadeia da mandioca;
- ACORQUIRIM: Envolvimento de jovens no mapeamento de espécies nativas e progresso significativo nos territórios quilombolas;
- FAEPEN-MT: Em fase de finalização e prestação de contas; problemas com uso inadequado de logomarcas;
- FUNDAÇÃO UNISELVA - GAIA: Implementação bem-sucedida e desenvolvimento de novos projetos;
- KURÂDOMÔDO: Avanços na implementação de sistemas agroflorestais indígenas e na estimativa e valoração dos estoques de carbono da Terra Indígena Pimentel Barbosa localizada no Município de Canarana, por meio de estudo inédito elaborado pelo Laboratório de Ecologia Vegetal da Universidade Estadual de Mato Grosso - UNEMAT campus Universitário de Nova Xavantina;
- ARPA: Está atrasada na execução, com previsão de finalização no primeiro semestre de 2024.

5.1.4 Desenvolvimento organizacional, produtivo e comercial

O eixo de desenvolvimento organizacional, produtivo e comercial da Agricultura Familiar e PCT, trata de uma dimensão crucial que abrange desde a produção primária até a comercialização final. Destaca-se a amplitude dos beneficiários que incluem extrativistas, quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária e produtores rurais.

Optamos por apresentar uma segmentação de temas que acreditamos serem cruciais para um melhor entendimento do eixo temático:

- Financiamento e Beneficiários: É positivo observar que 19 dos 21 planos de gestão já estão contratados, cobrindo um espectro amplo de 63 organizações, e há a expectativa de expansão para mais 22 organizações.
- Governança e Regularização: Os planos de gestão incluem aprimoramentos significativos na governança das instituições, bem como em aspectos administrativos e financeiros, o que é fundamental para a sustentabilidade de qualquer iniciativa.
- Inclusão de Gênero e Jovens: A inserção e valorização de gênero e jovens nos processos é uma medida progressiva que pode trazer benefícios sociais a longo prazo.
- Mercado e Marketing: O foco no desenvolvimento de logomarcas e no planejamento de novos mercados é estratégico e pode ser um diferencial competitivo.
- Desafios e Contratempos: Projetos como o do Instituto Centro de Vida-ICV mostram que desafios como o cumprimento de metas de beneficiários ainda são uma realidade, sendo um ponto de atenção para as próximas pactuações.
- Impacto da Pandemia: O contexto da pandemia apresentou desafios adicionais, mas ainda assim, houve avanços como a certificação de produtores, demonstrando resiliência e adaptabilidade.

Chamadas Futuras: a chamada 12.2022 aponta para um horizonte promissor para várias organizações, como indicado pelos projetos da AMAFPA e COOPERGUARITA, entre outros.

5.1.5 Pecuária Leiteira

Sendo a cadeia produtiva que inclui a maior parte da população da agricultura familiar do estado, a pecuária leiteira tem sido impactada diretamente pela dificuldade dos produtores em alcançar a regularização fundiária e ambiental, fato que afeta diretamente o acesso ao crédito rural, e consequentemente impede investimentos robustos para a melhoria do processo produtivo. Nesse sentido, o Programa apoiou iniciativas que investiram principalmente na reforma de pastagens e outras melhorias no manejo dos animais. Foram recuperados 109 ha de pastagens degradadas, na região noroeste do estado e em implementação de recuperação de áreas de preservação permanente de 40 hectares na mesma região. Com a chamada 12.2022, será contemplado apenas um plano de gestão nesta cadeia produtiva que será executado pela Cooperativa Mista Ouro Verde - COMOV no município de Alta Floresta.

5.1.6 ATER atuante no Estado

A ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) no Estado tem enfrentado alguns desafios notáveis, principalmente em relação à EMPAER. Apesar de uma programação cuidadosamente planejada para a EMPAER finalizar as relatorias em dezembro de 2022, até o momento da elaboração do relatório, as informações acordadas não foram entregues no padrão do monitoramento estabelecido. Isso pode ter sido exacerbado pelo fato de que o sistema SAGAE, que está em operação, não foi projetado com um módulo específico para a geração automática de relatórios, complicando assim o acesso às informações pertinentes. Entretanto, o Programa está com serviços contratados para aprimoramento final do sistema para emissão do relatório no padrão necessário para análise em conjunto com os demais projetos apoiados através de chamadas.

Observando a necessidade de modernização e aprimoramento dos serviços prestados pela ATER junto aos beneficiários e organizações de base da agricultura familiar, no primeiro semestre de 2023, iniciou-se com apoio da GIZ, duas consultorias para construir estratégias para mudanças impactantes para os serviços de ATER em Mato Grosso.

Uma consultoria está estudando as metodologias usadas e a atualização dessas e a outra está estruturando um programa de formação continuada para desenvolver a agricultura familiar de forma mais sustentável abordando todos os temas importantes e que acabam sendo negligenciados pelos técnicos por desconhecimento.

5.1.7 Ações complementares do Subprograma AFPCT

5.1.7.1 Estimativa de Carbono na agricultura familiar

Com o propósito de conhecer o balanço de carbono das atividades nas propriedades rurais, foram levantadas em 4.179 propriedades atendidas pela EMPAER. Essas propriedades foram separadas por tipo de atividade produtiva da seguinte forma: Fruticultura: 504 propriedades; Pecuária de Leite: 2.544 propriedades; Pecuária de Corte: 1.131 propriedades.

No estudo das propriedades com atividade leiteira, as principais fontes emissoras no sistema produtivo são as operações mecanizadas, adubação, degradação do solo e o rebanho bovino. Com uma média de 32,04 hectares de área produtiva por propriedade e 54 animais, a média de emissões por hectare produtivo é de 4,15 t CO2eq/ha. Notavelmente, o rebanho apresenta a emissão mais expressiva do sistema, com cerca de 85% provenientes da fermentação entérica. Ao avaliar o balanço de emissões de GEE, foi observado que a atividade pecuária apresenta valores próximos, variando entre 4,1 e 4,7 tCO2eq/ha na média, Gráfico 05. Este dado é crucial para entender o impacto ambiental da atividade leiteira e orientar futuras estratégias de mitigação.

No estudo das propriedades com atividade de fruticultura, as fontes emissoras relevantes no sistema de fruticultura são as operações mecanizadas, práticas de adubação e degradação do solo. Com uma média de 2,9 hectares de área produtiva por propriedade, a emissão média é de 3,17 tCO2eq/ha. Notavelmente, a degradação do solo representa 59% das emissões, seguida da adubação com 36% e operação mecanizada com 5%. Ao avaliar o balanço de GEE, foi observado que a atividade de fruticultura apresenta um balanço negativo de -4,37 tCO2eq/ha Figura 03. Este dado indica que a remoção pelos plantios de frutas (SAF e monocultivo) é a atividade mais significativa para o sistema da fruticultura, neutralizando todas as emissões e ainda resultando em um balanço negativo.

A segunda etapa do trabalho prevê a disponibilização das informações ao público a fim de subsidiar, no futuro, ações de pagamento por serviços ambientais e foi iniciada no primeiro semestre de 2023 e chegará ao final no primeiro semestre de 2024.

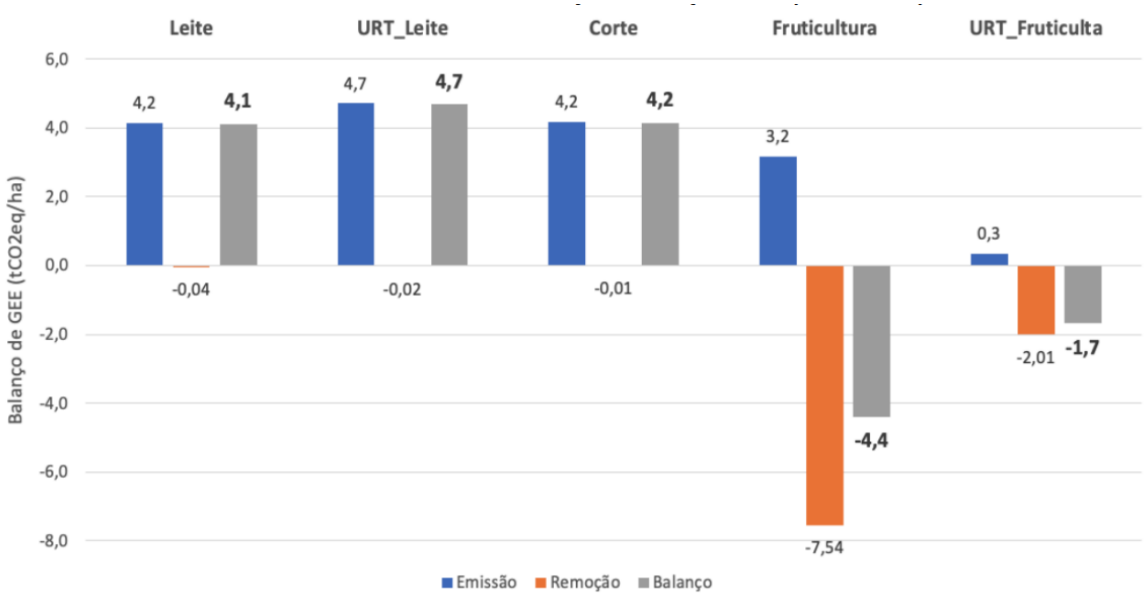


Gráfico 05. Valores médios de emissão, remoção e balanço de GEE por sistema produtivo. Fonte: Consultoria IMAFLORA e dados EMPAER MT.

5.1.7.2 Câmara da Sociobiodiversidade

Destacada dentro do Plano de Trabalho do Subprograma, se faz relevante como um espaço de diálogo e coordenação entre os diferentes setores que operam, fomentam e regulam os diferentes produtos da sociobiodiversidade de Mato Grosso.

Em Setembro de 2022 ela foi formalmente oficializada e reativada por meio da Resolução Nº 03, DE 10 de Maio de 2022 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS e tem caráter permanente, consultivo e de assessoramento, com a finalidade de discutir, propor, monitorar e avaliar as ações voltadas à estruturação das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, no Estado de Mato Grosso.

Em abril iniciamos o planejamento conjunto entre a SEAF, SEMA, SEDEC e Programa REM MT para organizarmos a primeira reunião da Câmara Setorial e definimos quais os objetivos da reunião que foram a atualização das instituições membras da Câmara dos trabalhos que estão desenvolvendo na temática da sociobiodiversidade, elaboração do seu regimento interno e na construção de um plano de ação para que a câmara possa se organizar. A reunião deve ocorrer em agosto deste ano, e será relatada em detalhes no próximo relatório.

5.1.7.3 Consulta Pública aos PCT's

Como ação preparatória da Fase 2 do Programa REM MT, com apoio técnico e financeiro do KfW iniciou-se de forma inédita no estado a contratação de uma organização para a realização de uma Consulta Pública aos PCT's sobre os desafios desse grupo e suas demandas relacionadas ao subprograma.

Até a conclusão deste relatório a organização ainda não havia sido contratada, estando prevista sua execução para o segundo semestre de 2023.

5.1.7.4 Questões de gênero na agricultura familiar

Com apoio técnico e financeiro da GIZ, foi realizado um estudo inédito sobre gênero em todos os elos das cadeias de valor que o subprograma apoia (Açaí, Babaçu, Borracha, Castanha do Brasil, Cumbaru, Pequi, Sementes Florestais e Leite), com intuito de identificar avanços na temática a partir de resultados do edital 012.2022, no intuito de propor soluções para eventuais lacunas identificadas e sugestões de ações e eixos de incentivo para gênero na primeira e segunda fase do Programa REM MT.

As organizações visitadas e a respectiva cadeia de valor trabalhada no Plano de Gestão foram as seguintes:

- Cumbaru: COOPERNOSSASENHORA – Baixada Cuiabana
- Leite: COMOV – Portal da Amazônia
- Pequi: AMAFPA – Portal da Amazônia
- Babaçu: ARPEP – Nascentes do Pantanal
- Borracha: COOPSOB – Nascentes do Araguaia
- Sementes Florestais: COOPERGUARITA – Portal da Amazônia
- Açaí: AGRIPAC – Portal da Amazônia
- Castanha: ASCOCABI – Portal da Amazônia

Um diagnóstico mais aprofundado em algumas cadeias prioritárias foi realizado ao longo da consultoria que foi desenvolvido em cinco oficinas contemplando as cadeias de valor do Cumbaru, Pequi, Leite, Borracha Natural e Babaçu.

Em todas as cinco oficinas, utilizou-se como base o mapeamento realizado pela Consultoria DeVallor, revalidado pela comunidade e acrescido da quantidade de mulheres e homens em cada uma das etapas, bem como da identificação de possíveis restrições ligadas a gênero e oportunidades e demandas específicas. Nas três cadeias

trabalhadas à distância (Açaí, Castanha e Sementes Florestais) não foram realizadas as oficinas de mapeamento, nem elaborados novos mapas.

Para cada uma das cadeias trabalhadas, estão descritas as etapas de produção e analisados, quando houver dados afins: 1) a divisão de trabalho entre homens e mulheres; 2) as restrições baseadas em gênero; 3) a existência de cooperação dentro de cada elo da cadeia e entre elos; 4) a presença de serviços financeiros e não-financeiros; 5) os padrões sociais, ambientais e de qualidade; 6) as regulações e o ambiente institucional; e 7) as oportunidades, boas práticas e demandas apresentadas.

Ao longo das oficinas (Figura 06), foram consultadas aproximadamente 106 mulheres e 41 homens que ao serem confrontados sobre os temas abordados como o seu dia de trabalho, desde o momento de acordar até a noite, separado por gênero, por exemplo, poderão contribuir com as análises de melhorias para futuras intervenções no programa REM MT. Os resultados serão apresentados em setembro de 2023.



Figura 06: Oficina de análise de gênero na cadeia de valor do Baru no Distrito de Faval, Município de Nossa Senhora do Livramento.

5.1.7.5 Quadro de indicadores do subprograma AFPCT

No contexto dos indicadores do subprograma AFPCT, é notório que, embora tenhamos enfrentado desafios consideráveis na compilação de dados gerados pelos projetos apoiados, muitos indicadores já superaram as metas estabelecidas. Contudo, há pontos de atenção significativos.

Primeiramente, os indicadores 5.1 e 5.2, relacionados ao eixo 5 de Pecuária leiteira, enfrentam obstáculos para alcançar suas metas. A maior parte dessa dificuldade se deve a desafios de investimentos na atividade, combinados com uma certa resistência cultural dos produtores a implementar mudanças rápidas.

Em seguida, os indicadores 6.2 e 6.3, pertencentes ao eixo 6 que prevê agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais melhores atendidos pela ATER, também apresentam desafios. O projeto de ATER executado pela EMPAER, que já foi concluído, encontrou barreiras ao implementar boas práticas com todos os beneficiários. A combinação da pressão da cultura da soja, juntamente com fatores como a pandemia, contribuiu para desestimular investimentos e diminuir o engajamento do público atendido no desenvolvimento das atividades esperadas.

Por fim, o indicador geral do subprograma AFPCT, referente ao número de famílias beneficiadas diretamente, parece estar aquém do esperado. A previsão inicial, embasada em dados oficiais, superestimou o número de famílias envolvidas na agricultura familiar com atividades produtivas de fato. Dada essa realidade e considerando as metas revisadas com os novos projetos aprovados na chamada 12.2022, estima-se que o alcance efetivo seja de cerca de 8.000 famílias (Tabela 03).

Tabela 03: Matriz de indicadores do Subprograma Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais- Status em Jun/2023

EIXO	RESULTADO	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2021/1)	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2022/1)	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2023/1)
Subprograma AFPCT Geral		**A1** Número de famílias beneficiadas diretamente pelo Subprograma (biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal)	0	14.000	3.194 famílias atendidas pelo Subprograma	4.158 famílias atendidas pelo subprograma	6.357 famílias atendidas pelo subprograma diretamente (Pode ter sobreposições de famílias devido às ações dos projetos em diferentes elos das cadeias produtivas)
		A2 Número de hectares sob manejo de baixo carbono (cultivos perenes, fruticultura, agrofloresta, pecuária leiteira, e MFNM)	0	35.000	5.932 hectares totais em Manejo de baixo carbono, sendo: 1.033 ha URT Empaer; 4.899 ha de Projetos da Chamada.	387.055 ha sob manejo de baixo carbono	395.154 ha sob manejo de baixo carbono
Eixo 1 Extrativismo de Produtos Florestais Não Madeireiros	Ampliar áreas com manejo florestal sustentável de PFNM	**1.1** Número de cadeias produtivas sustentáveis e de valor prioritárias em operação; área (ha) com plano de manejo florestal sustentável de	Uma cadeia produtiva sustentável e de valor prioritária em operação/0,0 (ha) com plano de manejo florestal	05 (cinco) cadeias produtivas sustentáveis e de valor prioritárias em operação; 50 mil ha com plano de	8 (oito) cadeias produtivas sustentáveis e de valor prioritárias em trabalho (Babaçú; Cumbarú; Pequi; Jatobá; Castanha; Bocaiúva;	11 (onze) cadeias produtivas sustentáveis e de valor prioritárias em trabalho (Babaçú; Cumbarú; Pequi; Jatobá; Castanha; Bocaiúva;	12 (doze) cadeias produtivas sustentáveis e de valor prioritárias em trabalho (Babaçu, Cumbaru, Bocaiúva, Borracha, Cajá nativo , Castanha do Brasil, Copaíba, Cumbarú, Favela, Jatobá, Pequi, Sucupira)

EIXO	RESULTADO	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2021/1)	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2022/1)	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2023/1)
		PFNM	sustentável de PFNM	manejo florestal sustentável de PFNM	Borracha Natural e Copaíba);	Borracha Natural, Copaíba, Favela, Sucupira);	
		1.2 Área (ha) com plano de manejo florestal sustentável de PFNM	0 hectares com plano de manejo florestal sustentável de PFNM	50.000 hectares com plano de manejo florestal sustentável de PFNM	-	50.000 hectares com plano de manejo florestal sustentável de PFNM	260.027 ha com plano de manejo florestal sustentável de PFNM
Eixo 2 Extrativismo de Sementes Florestais	Ampliar a comercialização de sementes florestais nativas pelas Redes de Sementes Florestais	**2.1** Quantidade de sementes comercializadas pelas redes de sementes	0,0 ton de sementes comercializadas	20 ton de sementes comercializadas	10,5 ton de sementes a serem comercializadas em 2021	16 ton de sementes comercializadas de 2021 - 2022/1	26 ton de sementes comercializadas de 2021 até 2023/1
		2.2 Número de organizações coletoras beneficiadas	02 organizações coletoras organizadas	03 (três) organizações coletoras	3 (três) organizações coletoras apoiadas, sendo uma indígena.	3 (três) organizações coletoras apoiadas, sendo uma indígena.	5 (cinco) organizações coletoras apoiadas, sendo uma indígena.

EIXO	RESULTADO	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2021/1)	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2022/1)	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2023/1)
Eixo 3 Fruticultura, Palmito e Apicultura	Ampliar o uso de tecnologias de baixo carbono em cadeias de valor de cultivos perenes, fruticultura e apicultura	**3.1** Número de tecnologias de baixo carbono adotadas por cadeias de cultivos perenes, fruticultura e apicultura	0,0 tecnologias de baixo carbono adotadas	5,0 tecnologias de baixo carbono adotadas	7 (sete) Tecnologias de baixo carbono em promoção (Sistemas Agroflorestais, iLPF, Adubação Verde, Apicultura, Meliponicultura, Recuperação de pastagens)	7 (sete) Tecnologias de baixo carbono em promoção (Sistemas Agroflorestais, iLPF, Adubação Verde, Apicultura, Meliponicultura, Recuperação de pastagens, cobertura de solo,)	24 (vinte e quatro) Tecnologias de baixo carbono em promoção (Adubação orgânica, Adubação verde, Biocarvão, Bioinsumos, Bokashi, Caldas para controle de doenças, Cobertura de Solo, Consórcios, Controle biológico, Controle de erosão, Cultivo mínimo de solo, Enriquecimento de Quintais Florestais, Fixação de N, ILF(pomar) e apicultura, ILPF, Irrigação, Manejo de solo, Meliponicultura, Plantio direto, Produção de biogás, Recuperação de áreas degradas com frutíferas nativas, Rochagem, SAFs, Semeadura por muvuca de sementes)
		3.2 Número de projetos de tecnologias de baixo carbono apoiados	0,0 Projetos apoiados	5,0 Projetos apoiados	384 projetos locais de referência de melhorias em implementação	-	605 projetos locais de referência de melhorias em implementação

EIXO	RESULTADO	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2021/1)	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2022/1)	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2023/1)
		3.3 Número de famílias atendidas pela ATER com tecnologias de baixo carbono	0,0 famílias atendidas pela ATER com tecnologias de baixo carbono	1.500,00 famílias atendidas pela ATER com tecnologias de baixo carbono	421 famílias cadastradas pela ATER	-	1.120 famílias atendidas pela ATER com tecnologias de baixo carbono
Eixo 4 Desenvolvimento organizacional, produtivo e comercial da AF e PCT	Organizações produtivas/comerciais da agricultura familiar e de PCT aptas para ampliar sua participação no mercado de produtos sustentáveis	**4.1** Número de associações e cooperativas de AF e de PCT com projetos de melhoria implementados com êxito	0 associações e cooperativas de AF e de PCT com projetos de melhoria implementados	60 associações e cooperativas de AF e de PCT com projetos de melhoria implementados	63 associações e cooperativas com projetos de melhoria em implementação	63 associações e cooperativas com projetos de melhoria em implementação	63 associações e cooperativas com projetos de melhoria em implementação
		4.2 Aumento do faturamento das associações e cooperativas	0,0 aumento do faturamento das associações e cooperativas	15% de aumento do faturamento das associações e cooperativas	-	-	17% de aumento do faturamento das associações e cooperativas

EIXO	RESULTADO	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2021/1)	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2022/1)	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2023/1)
		4.3 Aumento da fidelização dos cooperados às associações e cooperativas	0,0 aumento da fidelização dos cooperados às associações e cooperativas	20% de aumento da fidelização dos cooperados às associações e cooperativas	-	-	21% de aumento da fidelização dos cooperados às associações e cooperativas
Eixo 5 Pecuária Leiteira	Redução do impacto negativo da bovinocultura de leite ao meio ambiente, com ampliação da sua eficiência produtiva	**5.1** Aumento da eficiência produtiva da pecuária leiteira (litros de leite/ha/ano) sem ampliação da área total;	0,0 litros de leite/ha/ano	3.000 litros de leite/ha/ano	Ainda sem condição de estabelecer o atingimento da meta	588 litros de leite/ha/ano	588 litros de leite/ha/ano
		5.2 Aumento da produção de leite em litros/vaca em lactação/dia	0,0 litros/vaca	10 litros/vaca	Ainda sem condição de estabelecer o atingimento da meta	6 litros/vaca/dia	6 litros/vaca/dia
Eixo 6 ATER para AF e PCT	AF e PCT melhor atendidos pela ATER	**6.1** Número de boas práticas difundidas pela ATER e adotadas por	0,0 de boas práticas difundidas pela ATER	15 boas práticas difundidas pela ATER	Boas práticas ainda sem qualificação das tecnologias	-	42 boas práticas difundidas pela ATER e adotadas por AF PCT

EIXO	RESULTADO	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2021/1)	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2022/1)	RESULTADOS ALCANÇADOS (Até 2023/1)
		AF PCT					
		6.2 Número de famílias que adotam boas práticas	0,0 famílias com boas práticas adotadas	2.800 famílias com boas práticas adotadas	653 Unidades de produção familiar com atendimento na cadeia produtiva da fruticultura 1.776 Unidades de produção familiar com atendimento na cadeia da bovinocultura de leite	-	1.500 famílias com boas práticas adotadas
		6.3 Número de planos de ATER elaborados	0,0 planos de ATER elaborados	3.000 planos de ATER elaborados	Planos de ATER em elaboração	-	2.351 planos de ATER elaborados

5.2. Territórios Indígenas

Os investimentos foram aplicados na execução da Governança, no Fortalecimento da FEPOIMT, nos Projetos dos Povos Indígenas classificados nas Chamadas 001 e 002/2022 e consultorias demandadas pela Comissão de Governança do Subprograma. As chamadas 001 e 002/2022 se referem a projetos locais (até R$200.000,00), e projetos estruturantes (até R$1.000.000,00). Somando aos projetos do Plano Emergencial que se encerraram neste intervalo de tempo, R$21 milhões estão em fase de execução e atingimos a marca de 105 projetos (Figura 07 e Gráfico 06), sendo 70 sob a aglutinação de cinco organizações. São 48 organizações indígenas diretamente beneficiadas pelo Programa.

Foram implantadas três brigadas indígenas com recursos exclusivos do programa, além da aquisição de 100 conjuntos completos de EPIs para combate em incêndios florestais nos territórios.

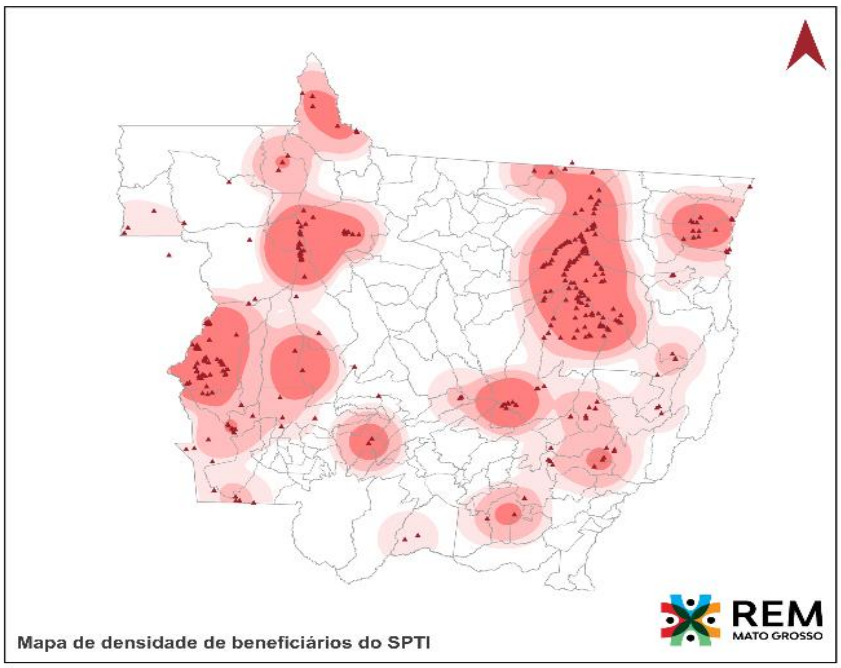


Figura 07: Mapa de concentração das aldeias beneficiadas pelos projetos do Subprograma Territórios Indígenas.

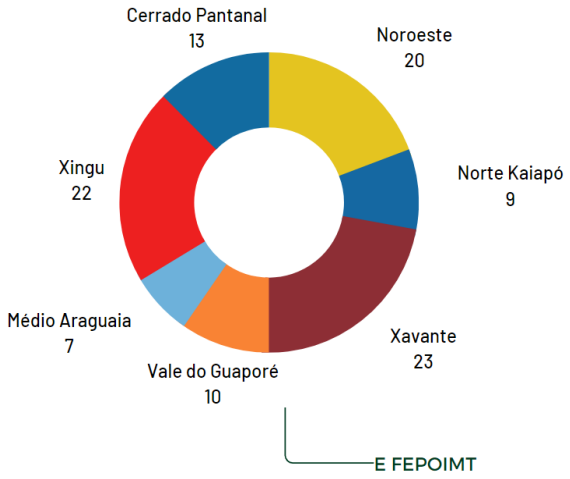


Gráfico 06: Distribuição do número de projetos por Regionais da FEPOIMT em MT.

5.2.1 Fortalecimento Institucional

O Projeto de Fortalecimento da FEPOIMT-fase 1, teve seu encerramento formal em abril/2022. A proposta de Projeto para o Fortalecimento-fase 2 foi apresentada em julho de 2022, após análise, revisão e solicitação de ajustes, em agosto de 2022, pelo STI, GOPA e FUNBIO, não foi enviada uma proposta final para execução. O total de recursos programados para esta fase, totalizaram R$5.200.000,00, deste montante foram destinados R$1.200.000,00 para o apoio a quatro novos projetos que concorreram aos editais 001/2022 e 002/2022, acordado previamente com a FEPOIMT. Diante do risco da não execução dos recursos previstos e mediante a falta de apresentação da proposta por parte da FEPOIMT, o FUNBIO em concordância com o REM MT, entendendo a excepcionalidade da situação, operacionalizou via execução direta, o montante de R$ 1.209.492,68, tendo como data de corte o mês de junho de 2023. As atividades dessa execução foram: assembleia eletiva da FEPOIMT em dezembro de 2022; participação dos representantes indígenas na COP 27 (passagens, hospedagem, diárias); Articulações (reuniões) - Brasília, Amapá e; Diárias para participação em eventos. Mesmo com o esforço de execução direta, o montante ainda disponível para essa ação totaliza R$2.709.507,32.

A urgência em se pensar uma estratégia operacional para aplicação desses recursos é premente, tendo em vista o prazo para sua execução, março de 2024. O modelo, até então adotado, que estabeleceu um contrato com uma instituição âncora, sem nenhuma experiência indigenista, não possibilitou o alcance do objetivo de promoção e fortalecimento da FEPOIMT, com autonomia gerencial e administrativa. Ainda hoje, apesar dos recursos disponíveis, a FEPOIMT não se sente segura em operacionalizá-los com independência e tampouco estabeleceu uma estratégia clara de apropriação para gestão destes, contando sempre com agentes externos para sua operacionalização.

5.2.2 Governança

A Governança, enquanto mecanismo de controle social e protagonismo indígena, tem demonstrado ser uma estratégia assertiva. No período deste relatório, quatro reuniões foram realizadas, sendo três ordinárias e uma extraordinária. Houve a renovação do mandato, permanecendo alguns representantes e indicação de novos nomes, com a ampliação do número de mulheres. Após 10 reuniões de governança, temos como consolidada sua função de controle social e orientação a coordenação do subprograma territórios indígenas do Programa REM MT.

Tomadas de decisões que são simples e céleres em outros programas podem levar demandar mais tempo no SPTI, em decorrência dos processos diferenciados de consultas. Os investimentos foram voltados de forma a garantir a participação dos membros da governança nas reuniões, nas quais são deliberadas as decisões estratégicas do subprograma. A governança manteve-se sendo o principal mecanismo de tomada de decisão para orientar as ações do subprograma, entretanto observa-se que é preciso aperfeiçoar a comunicação com os povos indígenas, considerando que durante consultas realizadas em diversos eventos de capacitação do subprograma, percebemos, um elevado número de indígenas, que desconhecem a existência da comissão de governança (Figura 08).



Figura 08: Participantes da 10ª Reunião de Governança do subprograma Territórios Indígenas.

5.2.3 Projetos dos Povos Indígenas

Até junho de 2023, o Subprograma Territórios Indígenas totalizou 105 projetos executados e em execução, por meio do Plano Emergencial de Enfrentamento a COVID-19 e por meio dos editais de chamadas 001 e 002/2022. Os projetos das chamadas 001 e 002/2022 totalizaram 27 projetos, sendo oito Projetos estruturantes e 19 projetos locais. Os **projetos estruturantes** são uma modalidade que abrange

um projeto integrado que contribui para minimizar ou solucionar problemas comuns, coordenando um arranjo de projetos da regional ou de um conjunto de aldeias e/ou territórios indígenas, enquanto que os **projetos locais** são iniciativas que contribuem e propiciam melhorias a grupos indígenas local do estado.

Vale destacar que entre os Projetos Estruturantes, três proponentes são organizações indígenas e entre os projetos locais estão 15, as outras nove organizações restantes são instituições parceiras e/ou indigenistas. De modo que, as organizações indígenas proponentes das duas chamadas, representam 66,6% do total de projetos apresentados. Este dado demonstra que apesar das dificuldades de acesso a recursos, a que normalmente estão sujeitas essas organizações, o programa através de estratégias de divulgação e flexibilização na análise, permitiu que um maior número de instituições indígenas fossem beneficiadas, tendo acesso à gestão de recursos e, fortalecendo assim, o protagonismo de suas organizações (Figura 09).

5.2.3.1 Resultados alcançados pelos projetos

A execução desses projetos teve início em janeiro de 2023 e a distribuição dos projetos por regionais se configura da seguinte forma:

Regional Noroeste: 09 povos beneficiados por 06 projetos locais e 01 estruturante;

Regional Xingu: 15 povos beneficiados por 08 projetos locais e 01 estruturante;

Regional Xavante: 01 povo beneficiado por 02 projetos locais e 01 estruturante;

Regional Cerrado Pantanal: 04 povos beneficiados por 03 projetos locais e 01 estruturante;

Regional Norte Kayapó: 06 povos beneficiados por 01 projeto local e 01 projeto estruturante;

Regional Médio Araguaia: 05 povos beneficiados por 01 projeto estruturante;

Regional Vale do Guaporé: 02 povos beneficiados por 01 projeto estruturante.

Os projetos tiveram por foco linhas temáticas que nortearam as ações propostas.



Figura 09: Projetos em terras Indígenas apoiados pelo Programa REM.

5.2.4 Ações complementares do Subprograma TI

5.2.4.1 Capacitações

Após as seleções de projetos das Chamadas 01 e 02 destinadas aos projetos dos povos indígenas, ficou evidente que apenas poucas instituições indígenas conseguem elaborar, executar, gerir, prestar contas e relatar projetos. A maioria dos projetos aprovados nesta chamada foram de povos que tinham apoio de instituições não indígenas, de apoio a indígenas e indigenistas, que tradicionalmente apoiam alguns povos. Todavia alguns povos pouco apoiados e com pouca capacidade de elaboração

de propostas, por vezes sem energia e muito menos internet nas aldeias não conseguem o mesmo apoio. Em síntese, basicamente os mesmos povos eram sempre apoiados.

Partindo desta conclusão, a Comissão de Governança do Subprograma se manifestou no sentido de que deveríamos encontrar maneiras de apoiar as instituições indígenas, de forma que os mesmos aprendam a elaborar e gerir seus projetos. Após essa decisão, foi mencionada a necessidade de que além de pessoas capacitadas, deveríamos elaborar também proposta de capacitação no sentido de orientar associações indígenas de forma a ficarem adimplentes para poderem submeter projetos e receber recursos de qualquer edital em que seja possível se inscrever.

Para a divulgação dos saberes, da produção da sociobiodiversidade com olhar diferente e inclusivo, deveríamos realizar ainda uma capacitação em mídias sociais para mulheres indígenas. Foi ainda destacada a necessidade de discutir a Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas, bem como as questões relativas às mudanças climáticas e mercado de carbono e por fim as necessidades de Consultas Livres Prévias para os empreendimentos que interferem nos territórios indígenas e a necessidade de criação da figura do agente ambiental indígena a exemplo do que ocorre no Estado do Acre.

Assim o Programa REM proporcionou diferentes capacitações que integraram a concepção da matriz lógica do Subprograma, constituindo uma unidade para o apoio e o fortalecimento dos objetivos do Subprograma. Assim, neste último ano foram realizadas as seguintes capacitações e eventos:

5.2.4.1.1 Capacitação em Gestão e Elaboração de projetos;
No sentido de termos maior número de projetos pensado e elaborado por indígenas, de forma a garantir o protagonismo e autonomia, foi aberto edital e contratada consultoria da empresa REMAR para ministrar um curso, dividido em 3 módulos que totalizando 120 horas presenciais, mais mentoria nos exercícios de elaboração de projetos realizadas pelas consultoras, entre módulos. Este curso cumpriu o objetivo de capacitar 30 representantes indígenas, das 07 regionais do Estado de MT e produzir material didático pedagógico sobre o tema de Elaboração e Gestão de Projetos focado nas populações indígenas. O primeiro módulo teve início em abril de 2023 e o último será realizado em agosto de 2023, que se encerrou com exercício de elaboração de projetos, sendo que alguns já foram submetidos a editais de outras instituições (Figura 10).



Figura 10: Lideranças indígenas participantes do Curso de gestão e elaboração de projetos

5.2.4.1.2 Capacitação em Comunicação e Mídias Sociais (Mulheres)

Mulheres de 19 etnias participaram da Oficina de Comunicação e Mídias Sociais para Mulheres Indígenas, promovida pelo Programa REM MT, entre os dias 21 a 23 de agosto, no Mato Grosso Palace Hotel. A partir de conceitos sobre edição de fotos e vídeos, engajamento, gestão de redes sociais e confecção de entrevistas, as participantes tornaram-se protagonistas de suas próprias histórias com a finalidade de empoderar e fortalecer suas comunidades por meio da internet. A oficina foi pensada para promover a geração de conteúdo sobre o cotidiano de mulheres indígenas e suas comunidades, cultura e luta pelos direitos indígenas, aliadas à construção de narrativas sob a perspectiva das mulheres indígenas, através de ação formativa. A Oficina em Comunicação e Mídias Sociais, para jovens e mulheres indígenas foi dividida em 2 módulos de 24hs cada. O primeiro módulo foi realizado em julho de 2023 e o segundo em agosto do mesmo ano (Figura 11).



Figura 11: Lideranças que participaram de dois módulos de capacitação em Mídias Sociais (Mulheres)

5.2.4.2 Diagnóstico e Capacitação para Regularização das Organizações indígenas de Base

Na sequência da elaboração de projetos, realizou-se um diagnóstico da situação jurídica, fiscal e contábil das associações indígenas de base e com base neste levantamento, promoveu-se a capacitação com orientações técnicas e de assessoramento às mesmas de forma a orientá-las para sua regularização.

Como resultado, foram identificadas 135 associações indígenas (Gráfico 07), das quais 41 associações se encontram ativas e adimplentes; 49 associações encontram-se com situação cadastral ativas, porém estão inadimplentes; 11 associações encontram-se baixadas e encerraram suas atividades e foram encontradas 34 associações informais. Além desse levantamento, foi realizado em agosto de 2023, um curso com duração de 24hs para um grupo de lideranças indígenas, dirigentes de 30 associações, com objetivo de capacita-los em boas práticas de gestão das associações.

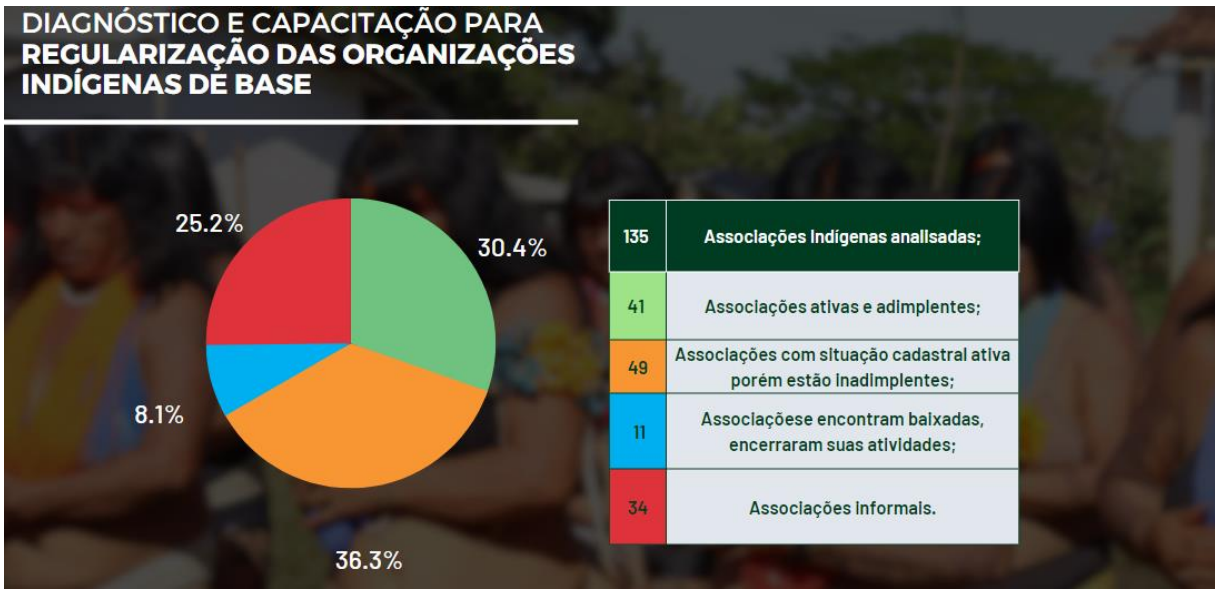


Gráfico 07: Situação das Organizações Indígenas de Base.

5.2.4.3 Construção do Programa de Formação Continuada para Agentes Indígenas Ambientais

O objetivo desta consultoria é a construção de um processo para a elaboração de um Programa de Formação Continuada para Agentes Indígenas Ambientais para o Estado de Mato Grosso. O trabalho teve início no segundo semestre de 2022, onde foram entrevistados representantes indígenas, instituições indígenas e indígenas. O trabalho está em andamento e foi apresentada uma primeira minuta, em junho de 2023, na 10ª Reunião de Governança, em um momento ampliado da reunião, onde foram convidados parceiros institucionais, para conhecimento da proposta. No segundo semestre de 2023 será realizada outra reunião ampliada para consolidar uma

estratégia operacional e de gestão da proposta, identificando possíveis atores para sua execução.

5.2.4.4 Orientações Técnicas e de Assessoramento na construção de Protocolos de Consultas Livres, Prévias e Informadas - CLPI

Com objetivo de apoiar os povos indígenas do Estado de Mato Grosso na elaboração de Protocolos de CPLI, em consonância a Convenção da OIT 169, houve a realização de diagnósticos das ameaças, tipologia de empreendimentos, indicação de prioridades dos eventos que podem interferir no modo de vida dos povos indígenas e que poderiam ser objetos de um protocolo de CLPI (Figura 12).

A consultoria visa: i) Identificar os territórios indígenas sob ameaças externa; ii) Diagnosticar tipologias de empreendimentos, com indicação de prioridades dos mais recorrentes que impactam esses territórios; iii) Elaborar um modelo de protocolo que deverá servir como orientação aos povos indígenas, com os pontos pertinentes a serem considerados na elaboração de novos Protocolos; iv) Capacitar representantes indígenas para elaboração de Protocolos.

A próxima etapa será a construção de um modelo genérico de Protocolo de Consulta que poderá ser ajustado pelos povos indígenas para as principais situações onde se faça necessária e por fim a capacitação na elaboração do Protocolo de Consulta.

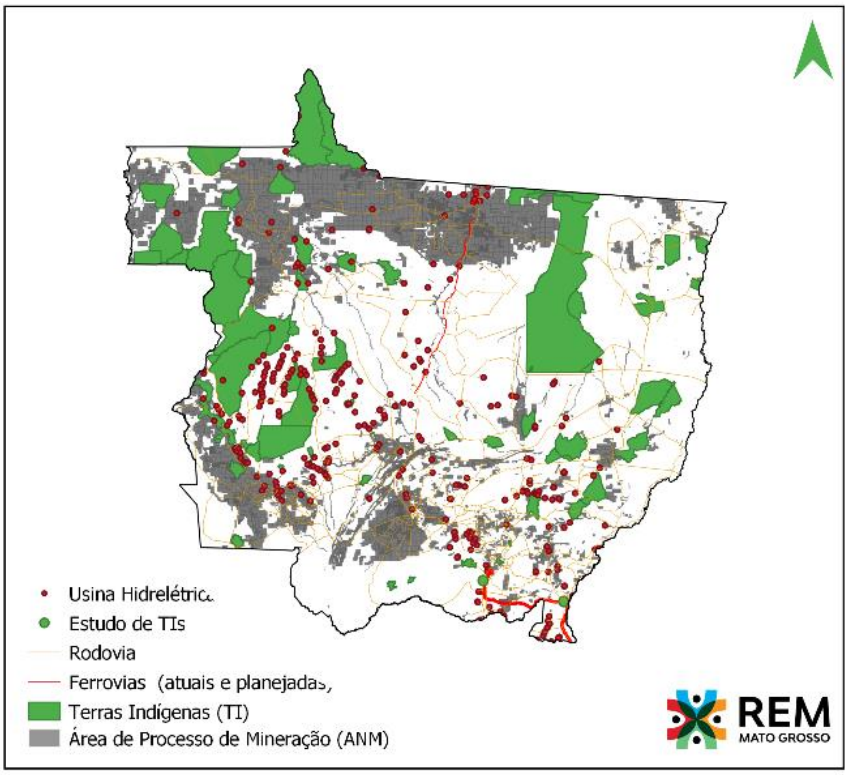


Figura 12: Terras Indígenas e empreendimentos em MT

5.2.4.5 Seminário de Gestão Territorial e Ambiental dos Territórios Indígenas de MT

A gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas, é um tema relevante para a execução do Programa REM MT. Foi organizado, em maio de 2023 o 1º Seminário: "Diálogos de Gestão Territorial e Ambiental dos Povos Indígenas de Mato Grosso" cujo objetivo foi promover reflexões e trocas de experiências que subsidiem estratégias de fortalecimento dos territórios indígenas, frente às políticas públicas de gestão territorial e ambiental das terras indígenas de Mato Grosso. O Seminário contou com um público aproximado de 300 pessoas, representantes de diversas etnias e diferentes instituições, com representação de 27 instituições indígenas de 05 estados da federação e mais o DF, 20 instituições da sociedade civil e 05 instituições governamentais (Figura: 13).



Figura 13: Lideranças indígenas e participantes do Seminário de Gestão Territorial e Ambiental dos Territórios Indígenas de MT.

5.2.5 Quadro de indicadores do subprograma TI

No contexto dos indicadores do Subprograma TI, é notório que, embora tenhamos enfrentado inúmeros desafios durante a pandemia, muitos indicadores já superaram as metas estabelecidas.

....

(Tabela 04)

Tabela 04: Matriz de indicadores do Subprograma Territórios Indígenas- Status em Jun/2023

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (20/21)	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
		Indicador B1 Número de povos beneficiados pelo REM MT	Linha base B1 0	Meta B1 22 povos beneficiados pelo REM MT	41 Povos	43 Povos no total	43 Povos no total
Eixo 1 Fortalecimento Institucional	Resultado 1.1 FEPOIMT apoiada e fortalecida	Indicador 1.1 Número de organizações indígenas associadas ou em processo de associação à FEPOIMT	Linha Base 1.1 7 organizações associadas à FEPOIMT	Meta 1.1 15 organizações associadas ou em processo de associação à FEPOIMT	11 Organizações Associadas (+ 4 em relação a linha de base) e 18 em processo de associação	11 Organizações Associadas (+ 4 em relação a linha de base) e 18 em processo de associação	26 organizações associadas e 8 com solicitações de adesão.

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (20/21)	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
Eixo Fortalecimentonto Institucional	Resultado 1.2 Organizações indígenas capacitadas para elaboração e gestão eficiente de projetos no contexto do REM	Indicador 1.2 Número de organizações indígenas capacitadas em elaboração e gestão de Projetos	Linha Base 1.2 46 organizações capacitadas (64 projetos elaborados)	Meta 1.2 46 organizações capacitadas (64 projetos elaborados)	16 projetos aprovados, 20 Povos Indígenas beneficiados, 14 Terras Indígenas e 122 Aldeias a serem beneficiadas		50 Organizações capacitadas (46 em execução de projetos, 24 em Gestão e Elaboração de Projetos; 20 das 50 organizações ambas capacitações).
Eixo 1 Fortalecimento Institucional	Resultado 1.3 Organizações indígenas de base regularizadas	Indicador 1.3 Número de organizações indígenas regularizadas	Linha Base 1.3 4 organizações indígenas regularizadas	Meta 1.3 7 organizações indígenas regularizadas	03 campanhas planejadas e realizadas de divulgação do Plano Emergencial de enfrentament o à Covid-19, contempland	38	135 associações indígenas identificadas - 41 se encontram ativas e adimplentes; 49 com situação cadastral ativas, porém estão

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (20/21)	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
					o os temas de saúde comunitária, segurança alimentar e nutricional, brigadas de incêndio, nas 07 regionais indígenas		inadimplentes; 11 encontram-se baixadas e encerraram suas atividades, além de 34 associações informais.
Eixo 1 Fortalecimento Institucional	Resultado 1.4 Projetos de fortalecimento da atuação política de organizações de mulheres e jovens indígenas apoiados	Indicador 1.4 Número de projetos apoiados em política de mulheres e jovens indígenas	Linha Base 1.4 0 4 projetos apoiados em política de mulheres e jovens indígenas	Meta 1.4 4 projetos apoiados em política de mulheres e jovens indígenas	0 Projetos apoiados Ação não iniciada	10 projetos atendem a linha temática 8 referente às mulheres (dentre os quais, 4 locais da chamada 2022.1; 5 estruturantes da	Continuamos com 10 projetos atendendo a linha temática 8 referente às mulheres Realizamos capacitação exclusiva para mulheres e jovens e mulheres.

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (20/21)	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
						chamada 2022.2 e 1 estruturante da chamada 2023.1).	
Eixo 2 Governança	Resultado 2.1 Protocolos de Consulta Livre Prévia e Informada (CLPI) estabelecidos junto às comunidades indígenas	Indicador 2.1 Número de protocolos de consulta livre, prévia e informada (CLPI) elaborados	Linha Base 2.1 2 até 2019	Meta 2.1 3 protocolos de consulta livre, prévia e informada (CLPI) elaborados	Não iniciado	Publicação de chamada para consultoria.	Consultoria contratada, levantamento de ameaças a Terras Indígenas realizados e protocolo em desenvolvimento
Eixo 2 Governança	Resultado 2.2 Governança indígena efetiva nas decisões do Subprograma	Indicador 2.2 Número de reuniões ordinárias da Comissão de Governança do	Linha Base 2.2 3 reuniões em 2019	Meta 2.2 3 reuniões por ano, nos 3 anos de execução do	1 reunião em 2020 2 reuniões em 2021	2021/2022 - 2	2022/2023 - 4 10 até o momento:

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (20/21)	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
	Territórios Indígenas do Programa REM	Subprograma Territórios Indígenas realizadas por ano		programa REM MT (2020 a 2022)	2019/2020/2021 - 4		
Eixo 2 Governança	Resultado 2.3 Intercâmbios entre os povos indígenas realizados	Indicador 2.3 Número de eventos de intercâmbios apoiados (local, nacional, internacional) por ano pelo REM MT	Linha Base 2.3 3 eventos de intercâmbios apoiados (kuarup, encontro de mulheres, COP 25), em 2019, financiados pelo REM MT	Meta 2.3 3 eventos por ano, nos 3 anos de execução do REM MT (2020 a 2022)	3 eventos no ano 2021 (Luta pela Vida, Marcha das Mulheres, COP 26.	Assembleia da FEPOIMT, COP,	Os diversos eventos de capacitação tem funcionado com muito sucesso como ação de intercâmbios entre os povos indígenas de Mato Grosso, Para além desses o REM tem apoiado as ações do Acampamento Terra Livre, Marcha das mulheres,

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (20/21)	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
							Conferências pré COP.
Eixo 3 Projetos dos Povos Indígenas	Resultado 3.1 Projetos indígenas apoiados	Indicador 3.1 Nº de projetos locais apoiados pelo REM MT, sendo pelo menos 1 projeto estruturante apoiado em cada uma das sete regionais da FEPOIMT e cobrindo um mínimo de 5 linhas temáticas	Linha Base 3.1 0 projetos locais apoiados pelo REM MT	Meta 3.1 10 projetos locais apoiados	Plano emergencial - 07 Projetos estruturante (61 projetos locais) - 2022	76 - Projetos locais do Plano Emergencial 8 - Estruturantes 19 - Projetos locais nas demais chamadas	105 projetos em execução. Sendo um de fortalecimento da Fepoimt.
MATRIZ DE INDICADORES PLANO EMERGENCIAL							

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (20/21)	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
Segurança Alimentar e Nutricional	Segurança Alimentar e Soberania Nutricionais melhoradas	Nº de comunidades indígenas fortalecidas com as ações implementadas de segurança alimentar e nutricional	Seminário com as lideranças e organizações indígenas. Entrega dos kits de insumos para agricultura	45 comunidades indígenas fortalecidas com as ações implementadas de segurança alimentar e nutricional	314	383	429
Saúde Comunitária	Saúde das comunidades e medicina tradicional melhoradas	Nº de ações de saúde comunitária implementadas (barreiras sanitárias, medicina tradicional, infraestrutura e insumos)	barreiras sanitárias, medicina tradicional, infraestrutura e insumos.	10 ações de saúde comunitária implementadas	15	30	não se aplica
Comunicação	Beneficiários indígenas informados sobre as ações do Plano Emergencial de	Nº de instrumentos de divulgação criados e implementados sob o enfrentamento a	Divulgação por lives, podcasts, vídeos, promover comunicação, gerenciamento de	03 campanhas planejadas e realizadas de divulgação do Plano Emergencial de	1 live realizada “Vacina Parente”	Website institucional da	não se aplica

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (20/21)	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
	Enfrentamento à Covid 19	Covid 19 nas 7 regionais	mídias sociais e produção de conteúdo.	enfrentamento à Covid-19, contemplando os temas de saúde comunitária, segurança alimentar e nutricional, brigadas de incêndio, nas 07 regionais indígenas, até final de 2021		FEPOIMT no ar; 4 animações sobre a Covid 19 produzidos; - 3 cartazes sobre o racismo elaborado; - Kits equipamentos eletrônicos para 7 comunicadores indígenas das 7 regionais adquiridos. - 1 outdoor sobre o tema	

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (20/21)	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
						Defesa dos Territórios - 2 painéis eletrônicos exibidos em 3 avenidas principais de Cuiabá; - 3 cartazes sobre a Covid 19 elaborados; - 2 Lives sobre as ações do SPTI realizadas;	
Incêndios Florestais	Povos indígenas preparados e atuantes no enfrentamento aos	Número de brigadas indígenas constituídas para a prevenção e	0	02 brigadas indígenas constituídas e atuantes para a prevenção e combate	02 brigadas indígenas constituídas para a prevenção e	03 brigadas indígenas Aquisição de EPIs para as	Atualmente existem 5 iniciativas de criação ou suporte a

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (20/21)	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
	incêndios florestais	combate aos incêndios florestais		aos incêndios florestais Povos indígenas preparados e atuantes no enfrentamento aos incêndios florestais	combate aos incêndios florestais	brigadas e reunião de alinhamento com FEPOIMT, no REM.	brigadas existentes apoiadas por meio dos editais do REM, além disso, equipamentos entregues a brigadas voluntárias em cinco regionais do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso

5.3. Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis

O Subprograma PIMS desempenha um papel complexo no âmbito do Programa REM MT, uma vez que está interligado às cadeias da agropecuária e da madeira, com ênfase na produção e desenvolvimento sustentáveis.

Diante da atual conjuntura, o estado de Mato Grosso tem uma tendência de aumento em sua participação no abastecimento global do mercado agropecuário. Nesse contexto, a atuação do PIMS busca gerar um impacto positivo dentro do atual modelo existente, com o fomento de uma produção cada vez mais sustentável. O objetivo é estimular a regularização ambiental, melhorar a qualidade de vida e facilitar a sucessão familiar, especialmente em pequenas propriedades rurais.

No período entre julho de 2022 e junho de 2023 houve a continuidade da execução dos projetos contratados por meio da Chamada 08/2020. Além disso, houve a conclusão do projeto da EMPAER e a contratação de instituições para a implementação da estratégia da cadeia do Manejo Florestal Madeireiro. Essa estratégia foi delineada em setembro de 2022 durante uma oficina que contou com a participação de representantes do setor madeireiro do estado de Mato Grosso.

De forma conjunta, as ações de execução do Subprograma acumulam até o momento R$ 23.245.077,27 em investimentos, dos quais 70,5% já foram efetivamente desembolsados, e dois projetos finalizados. Estima-se que todas as ações sejam concluídas até julho de 2024.

As ações têm foco na sensibilização de produtores, na prestação de assistência técnica, na realização de capacitações, na transferência e difusão de tecnologias, na restauração ecológica, no aumento da produção responsável e no fortalecimento do monitoramento da cadeia de custódia da madeira. A estratégia de implementação foi desenvolvida através de mecanismos de execução indireta, por meio da publicação da Chamada 08/2020, resultando em um investimento de R$ 12.426.678,93 e, ainda, por execução direta por meio de instituições governamentais e contratações, totalizando um montante de R$ 10.818.398,34 (Gráfico 07).

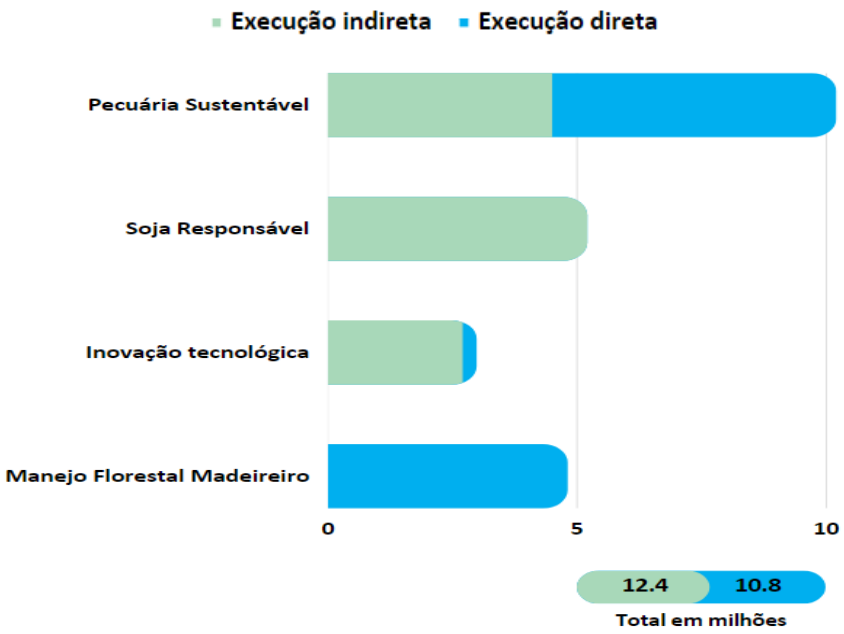


Gráfico 08: Mecanismos de execução direta e indireta (valor em milhões de reais)

Ao todo, o Subprograma PIMS beneficiou 1.668 propriedades, abrangendo uma área de mais de 90 mil hectares de manejo de baixo carbono. Essa abordagem engloba ações como reflorestamento, recuperação produtiva e recuperação de áreas degradadas.

Os principais resultados do subprograma PIMS estão destacados na figura abaixo:

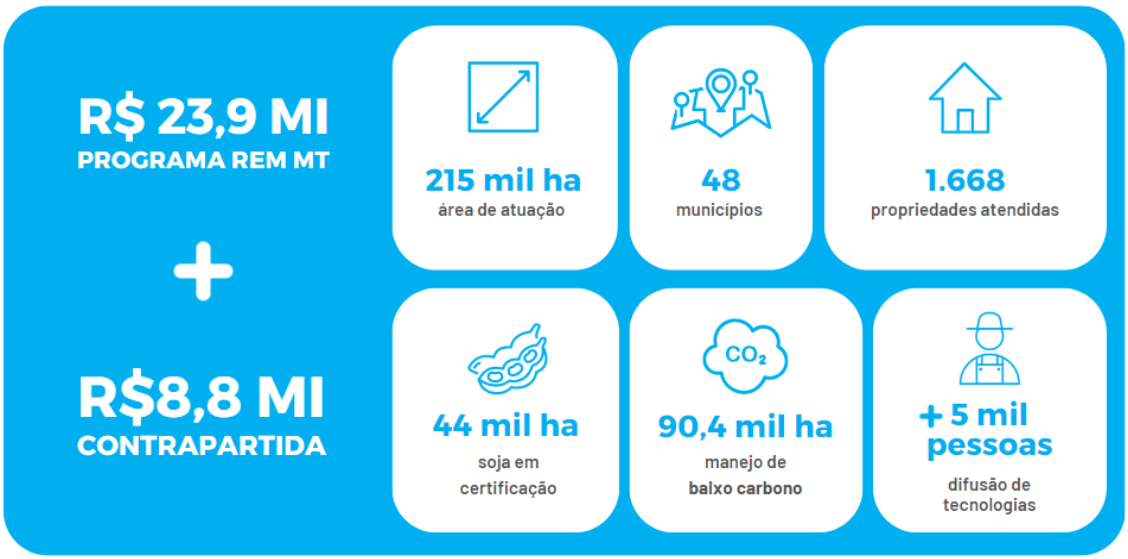


Figura 14: Principais resultados no Subprograma de Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis até julho de 2023.

Em relação a regularização ambiental dos 1.668 beneficiários do Subprograma PIMS, constatou-se que 61% destas propriedades estão inscritas no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Abaixo, apresenta-se um panorama mais abrangente do status do CAR nas propriedades de pequeno e médio porte que foram beneficiadas (Figura 15).

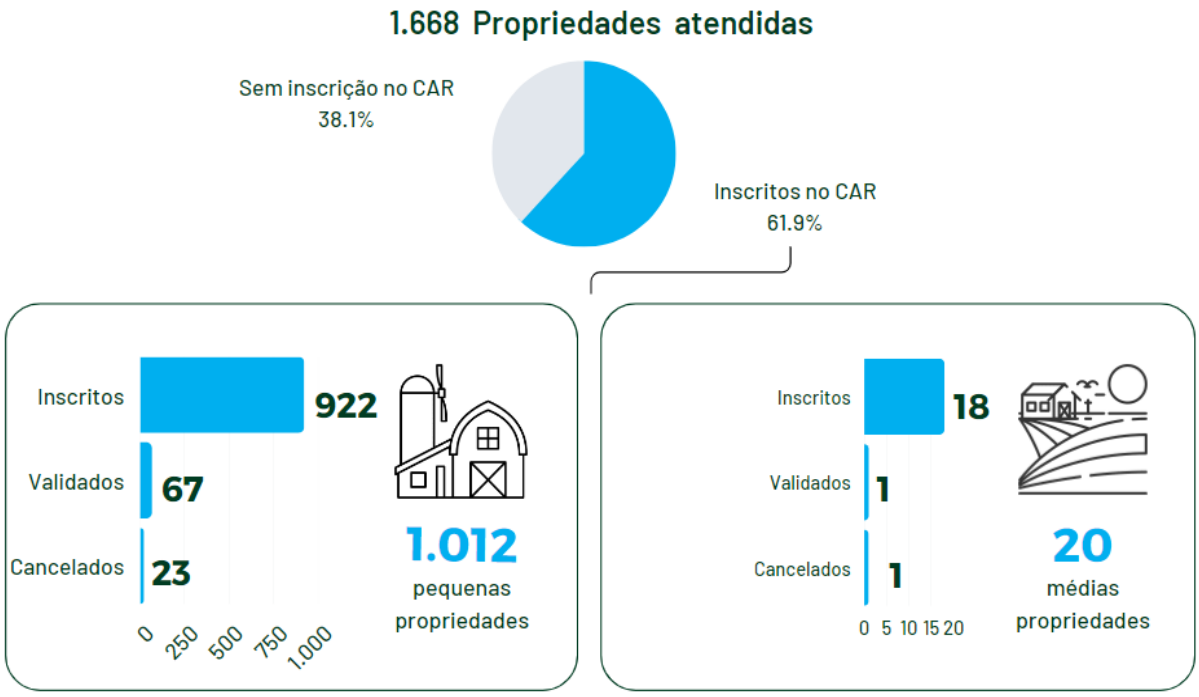


Figura 15: Situação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) das propriedades atendidas no âmbito do Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis.

O total de propriedades sem inscrição no CAR é de 636 (38,1%), sendo 314 propriedades rurais localizadas em assentamentos.

No que diz respeito à distribuição geográfica dos beneficiários do PIMS da cadeia da pecuária, a concentração ocorre predominantemente na região noroeste do estado, situada no bioma amazônico. Em menor proporção, há também uma presença na região sudeste do estado, mais precisamente no Vale do Araguaia, dentro do bioma Cerrado. Quanto à atuação do PIMS para a promoção da soja responsável, ela está focada exclusivamente na região do médio-norte do estado, que abrange as áreas de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia. Por fim, os projetos de inovação estão situados na zona de transição entre esses biomas (Figura 16).

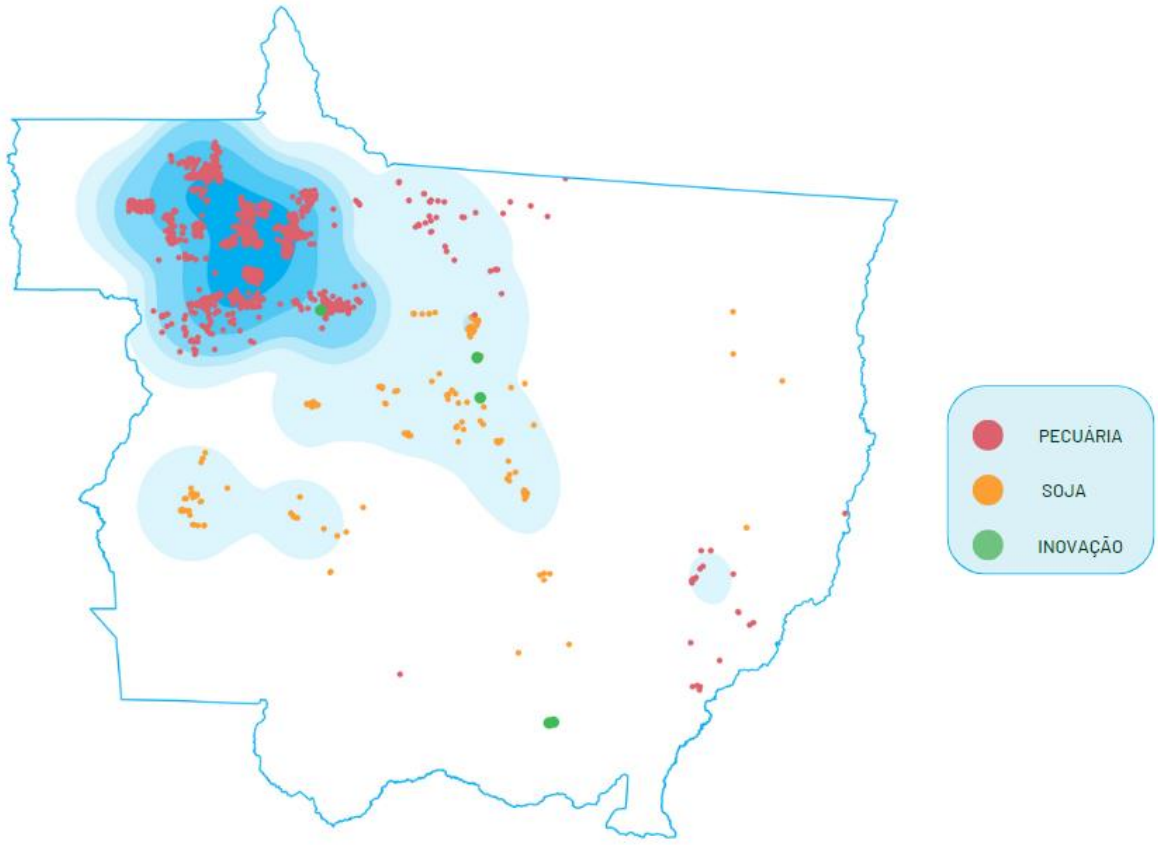


Figura 16: Mapa de atuação do Subprograma de Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis. Localização de 1.452 propriedades atendidas na cadeia de pecuária sustentável (marcadas em vermelho). Localização de 196 propriedades atendidas na cadeia da soja (marcadas em laranja). Localização das 05 Unidades Demonstrativas da cadeia de inovação em commodities (marcadas em verde). Densidade de beneficiários (representadas em azul).

Vale ressaltar que as ações do subprograma tem estreita relação com a estratégia PCI, cujo principal objetivo é estimular a produção sustentável das cadeias da carne, soja e madeira, a partir do fomento a ações relacionadas à adoção de boas práticas, garantia de origem para seus produtos e no atendimento de critérios de ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) exigidos pelos mercados nacionais e internacionais, além do desenvolvimento de tecnologias.

5.3.1. Cadeia da Pecuária Sustentável

Quanto à pecuária, a maior parte das nossas atividades ocorre no bioma amazônico, onde a exigência legal de preservação é de 80% e permissão de uso é de 20%. Atualmente, cerca de 31% do bioma amazônico é destinado a atividades agropecuárias, dos quais 88% é utilizado para pastagem e 11% para agricultura, conforme dados do MapBiomas.

O estudo realizado pelo Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento em 2022, encomendado pela Estratégia PCI, identificou no bioma amazônico de Mato Grosso, 1.796.225,12 hectares de pastagens severamente degradadas, 3.903.110,33 hectares de pastagens com degradação intermediária e 4.526.040,16 hectares de pastagens em bom estado, sem degradação.

Dentro deste contexto, inicialmente, o PIMS direcionou esforços para:

- Sensibilizar pecuaristas familiares e médios produtores a respeito da importância da produção sustentável;
- Promover o acesso à assistência técnica, com foco particular em pecuaristas familiares. Isso se tornou crucial, já que a maioria dos produtores nessa região não tinha recebido esse tipo de apoio ante da intervenção do PIMS;
- Promover a implementação de Unidades de Referência Tecnológica, com foco em condições edafoclimáticas locais. Essas unidades promovem a transferência e difusão de tecnologias de produção, bem como servem como vitrines para o estímulo à restauração de áreas de preservação permanente degradadas;
- Incentivar a recuperação de pastagens degradadas nas propriedades dos beneficiários, tornando-as produtivas a fim de evitar a necessidade de desmatar novas áreas;
- Intensificar a produção após a recuperação das pastagens, seja através do manejo de pastejo rotacionado ou da implementação de sistemas integrados de produção.

5.3.1.1 Resultados alcançados na Cadeia da Pecuária Sustentável

No âmbito da Pecuária, o projeto conduzido pela EMPAER teve atuação em oito municípios da região Noroeste, onde foi realizado um plano de ação para cada beneficiário, ao todo o projeto alcançou 1.404 propriedades. Inicialmente, a taxa de lotação média das propriedades era de 1,06 unidade animal por hectare (UA/ha). Ao final do projeto, essa média aumentou para 1,96 (UA/ha). Isso implica que o tamanho do rebanho desses proprietários praticamente duplicou. No conjunto dos municípios, as áreas de pastagem das propriedades atingem um total de 104,4 mil hectares (Figura 17).



Figura 17: Número de propriedades beneficiadas, taxa de lotação, área de pastagem e grau de degradação das pastagens no municípios de atuação da EMPAER

Quanto à degradação das pastagens, ao analisar os beneficiários que receberam assistência da EMPAER, percebeu-se que a degradação constatada no local foi menos intensa em cinco dos municípios examinados, em contraste com a média de degradação desses mesmos municípios. Entretanto, nos casos de Castanheira, Juara e Colniza, o nível de degradação das pastagens dos beneficiários foi ainda mais acentuado do que o evidenciado nos dados de degradação municipais (Figura 17).

O diagnóstico para cada propriedade atendida pela EMPAER abrangeu a avaliação de parâmetros de produção, meio ambiente, aspectos sociais e econômicos, resultando em recomendações para a elaboração de planos produtivos, ambientais e socioambientais (Figura 19).

O Plano Produtivo diagnosticou aspectos de reprodução do rebanho, gestão de negócio, aumento de renda, manejo sanitário dos animais, suplementação, manejo do solo e melhoria da pastagem. Os resultados indicaram que a maior necessidade dos 1.404 proprietários estava relacionada ao manejo do solo e melhoria das pastagens, praticamente em todos os municípios. O Plano Ambiental apontou como pontos principais de carência: a regularização dos imóveis - CAR e PRA, a disponibilidade hídrica para o rebanho e a destinação do lixo. Por fim, no plano socioambiental, as maiores necessidades estão relacionadas à melhoria da infraestrutura das fazendas, em primeiro plano e depois o acesso a políticas públicas (Figura 08).

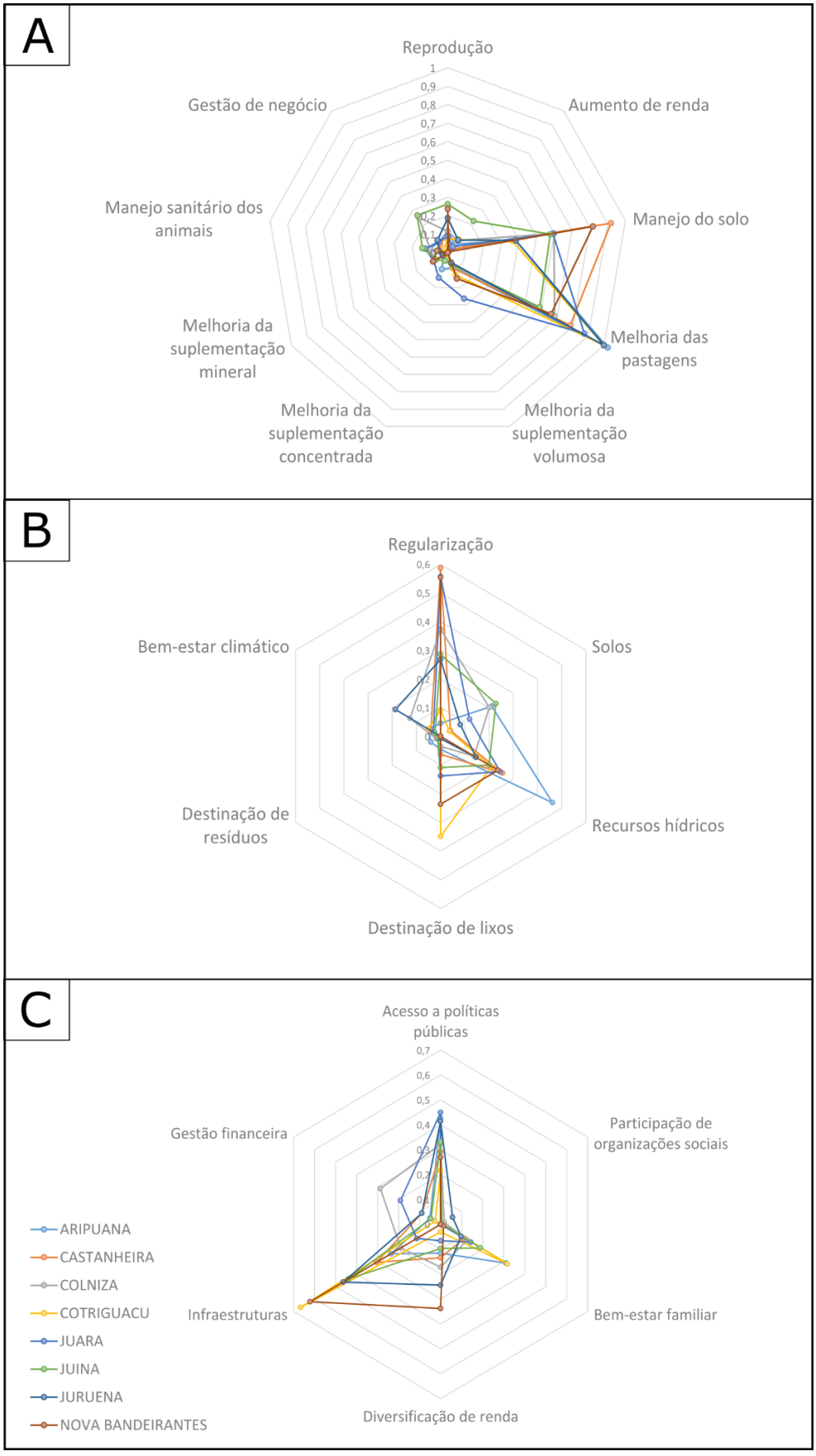


Figura 18: Pontos críticos evidenciados nos Planos Produtivos, ambientais e socioambientais.

O PIMS também visou a instalação de Unidades de Referência Tecnológica (URT), que se configuram como modelos físicos de sistemas de produção. O propósito dessas unidades é validar, demonstrar e disseminar tecnologias, levando em consideração as particularidades de cada região. O PIMS engloba um total de 26 URTs, das quais 3 estão focadas em inovação e 18 estão direcionadas à pecuária, sendo que destas últimas, 8 são implementadas em pequenas propriedades e 15 em propriedades de porte médio, com até 15 módulos fiscais (Figura 20).

Nas médias propriedades contempladas pelo Subprograma, verificou-se que os níveis de sustentabilidade são mais elevados no âmbito da cadeia de valor. Isso envolve o manejo das pastagens, a fertilidade do solo, a nutrição animal, a saúde e rastreabilidade do rebanho, bem como a garantia da segurança alimentar para os consumidores finais. É notável que esses aspectos recebem uma considerável parcela de atenção e recursos por parte dos beneficiários (Gráfico 09).

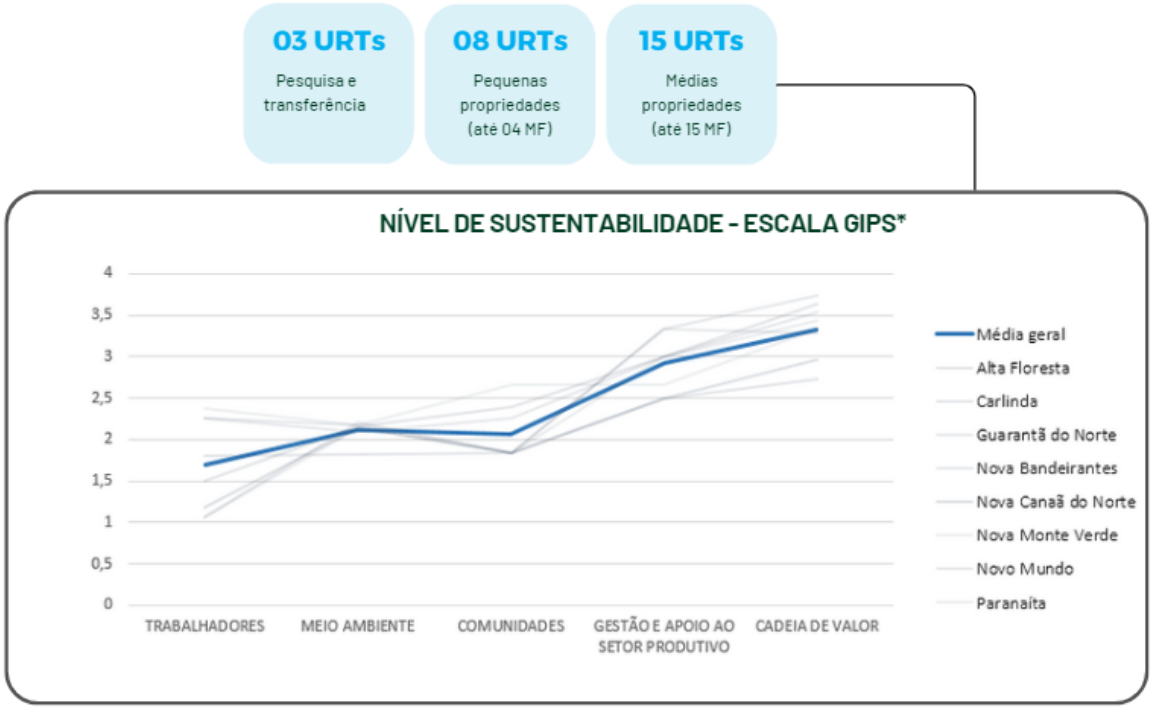


Gráfico 19: Nível de Sustentabilidade em propriedades de médio porte atendidas pelo ICV, de acordo com parâmetros do Guia de Indicadores da Pecuária Sustentável (GIPS).

Por outro lado, os resultados menos satisfatórios de sustentabilidade estão vinculados ao aprimoramento das áreas de convivência nas propriedades, à saúde e segurança dos colaboradores, à realização de treinamentos para prevenção de acidentes e à garantia dos direitos trabalhistas. São nesses parâmetros que os produtores direcionam menos investimento e esforço, resultando em desafios significativos que demandam uma abordagem mais aprofundada (Gráfico 09).

5.3.2. Cadeia da Soja

Na cadeia da soja, o Subprograma PIMS atua na região do Médio-Norte Mato-Grossense, abrangendo as áreas do bioma Cerrado e a faixa de transição entre o Cerrado e a Amazônia. Essas áreas possuem uma excelente aptidão agrícola, sendo nesta região onde se produzem toneladas de grãos que se transformarão em alimentos após o beneficiamento. Considerando que, assim como na pecuária, a tendência da produção de soja é aumentar, o PIMS teve como objetivo incentivar a produção de soja responsável, por meio de projetos que visam a certificação da produção, o que implica em:

- Produção de soja em condições ambientalmente corretas, com minimização da poluição e um adequado gerenciamento de todos os resíduos.
- Monitoramento rigoroso da utilização, armazenamento, coleta e descarte de agroquímicos, bem como dos agentes de controle biológico utilizados na produção de soja.
- Estabelecimento de limites e direitos de uso das terras (regularização fundiária).
- Produção livre de trabalho escravo, trabalho análogo à escravidão, trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação e assédio.
- Funcionários devidamente treinados para suas funções.
- Responsabilidade na manutenção da biodiversidade através da preservação da vegetação nativa, inclusive ao redor de nascentes e cursos naturais de água, com a qualidade do solo sendo mantida e melhorada para evitar erosões.

5.3.2.1 Resultados alcançados na Cadeia da Soja Responsável

No eixo da soja, alcançou-se 44 mil hectares de soja em processo de certificação, englobando um total de 195 beneficiários.

No decorrer dos projetos apoiados, foram produzidos diagnósticos a fim de avaliar o grau de conformidade em relação aos parâmetros necessários para as certificações. Foram estabelecidos planos de monitoramento para acompanhar o progresso das melhorias e abordar as eventuais não-conformidades. Além disso, foram prestados serviços de assistência para implementação correta de sinalização de segurança, elaboração de projetos estruturais e construtivos, bem como a gestão adequada de resíduos sólidos.

Adicionalmente, os projetos proporcionaram capacitação a um total de 498 trabalhadores abordando uma variedade de temas essenciais. Estes incluem segurança no ambiente de trabalho, práticas de manipulação de agroquímicos, técnicas de gestão de resíduos e operação de máquinas.

Outra realização significativa foi a criação de duas brigadas locais de combate a incêndios. Essas brigadas foram devidamente equipadas e organizadas nos

municípios de Campos de Júlio e Planalto da Serra. Ademais, 186 funcionários e voluntários foram capacitados em prevenção e combate a incêndios florestais.

No decorrer das atividades de combate a incêndios, foram promovidas 77 ações, incluindo visitas técnicas e sessões informativas tanto nas propriedades do projeto quanto na comunidade. Também foi realizado o reconhecimento de perímetros vulneráveis. Ao longo desse período, as brigadas responderam a 17 situações de incêndio na região.

O projeto conduzido pela Aliança da Terra também incorpora uma metodologia abrangente de avaliação de conformidade nos aspectos ambientais, sociais e produtivos visando a obtenção de certificação. Os resultados obtidos até o momento indicam que os maiores desafios de adequação estão concentrados na esfera produtiva. Por outro lado, é válido mencionar que uma parcela significativa, equivalente a 68% das propriedades, está em consonância com os critérios estabelecidos para aspectos ambientais (Gráfico 10).

Quando realizamos uma análise mais detalhada dividindo os dados por município, torna-se evidente que os beneficiários mais notáveis estão localizados em Barra do Bugres, Campos de Júlio e Planalto da Serra. Estes municípios se destacam pelo seu desempenho e conformidade em relação aos requisitos estipulados, conforme figura abaixo:

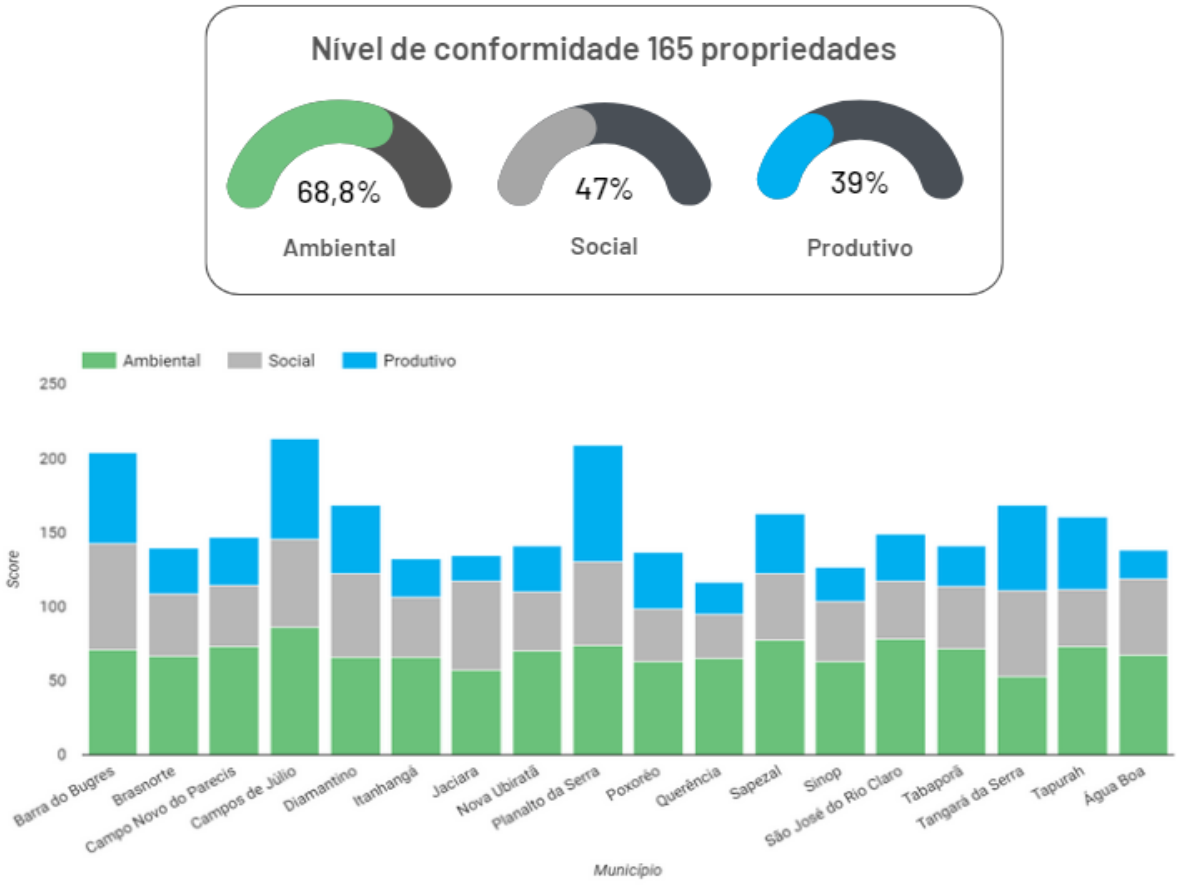


Gráfico 09: Nível de conformidade ambiental, social e produtiva de propriedades atendidas pelo projeto da Aliança da Terra.

5.3.3. Cadeia do Manejo Florestal Madeireiro

O resultado mais significativo alcançado nesta cadeia foi a conclusão da adequação do SISFLORA 2.0, uma atualização que viabiliza o rastreamento integral da cadeia de produção da madeira. Além desse avanço, uma oficina foi realizada com os principais participantes do Manejo Florestal Sustentável no estado, com o objetivo de identificar os principais obstáculos e determinar as necessidades do setor em várias esferas.

Com base nos resultados dessa oficina, uma série de ações foram planejadas. Primeiramente, realizou-se a capacitação de 45 engenheiros florestais da SEMA-MT, responsáveis por análises e inspeções em campo, focando na identificação das 50 espécies madeireiras mais comercializadas no estado.

Devido ao sucesso do curso, um Plano de Capacitações em Manejo Florestal Sustentável com Impacto Reduzido foi delineado, englobando mais de 98 profissionais liberais que atuam no campo. Este plano compreende:

- Capacitação em técnicas pré-exploratórias, abordando a seleção e demarcação de áreas, abertura de trilhas, condução de inventário florestal, organização de dados e criação de mapas.
- Capacitação para motosserristas, envolvendo técnicas avançadas de corte de árvores e medidas de segurança no manejo florestal, incluindo as Normas Regulamentadoras aplicáveis.
- Capacitação em planejamento de infraestruturas, direcionada a operadores de maquinaria pesada (como tratores de esteiras, motoniveladoras e pá carregadeiras), bem como a técnicos e assistentes que atuam no planejamento dessas infraestruturas em projetos florestais.
- Capacitação em planejamento de arraste de toras, focando em operadores de máquinas pesadas (como tratores florestais), assim como técnicos e auxiliares que participam do planejamento de vias de arraste.

Essas capacitações visam aprimorar as competências dos profissionais envolvidos no manejo florestal sustentável e contribuir para práticas mais eficientes e responsáveis nesse setor.

Outra iniciativa dentro do contexto da cadeia da madeira é o apoio ao projeto "Flora de Mato Grosso". O principal resultado esperado deste projeto é a elaboração de uma nota técnica que evidencie ao IBAMA, INDEA, PRF e SEMA as discrepâncias presentes na lista oficial de espécies do SISFLORA.

Além desse objetivo central, o projeto também abrange diversas outras realizações, incluindo: a criação de um banco de dados oficial no padrão Darwin Core compilando todas as espécies florestais de Mato Grosso, espécies invasoras, análises do padrão de distribuição espacial das espécies, modelos para prever a distribuição geográfica futura (ano de 2070) das espécies ameaçadas de extinção, perda de área de adequabilidade ambiental nas próximas décadas devido às mudanças climáticas e, ainda, formulação de estratégias de conservação, dado o contexto desafiador relacionado ao desmatamento enfrentado pelo estado.

Adicionalmente, o Subprograma PIMS também iniciou o processo de contratação de um estudo sobre dinâmica de desmate do estado, com mapeamento da vegetação de Mato Grosso ao longo do tempo para classificá-la por nível de degradação e/ou intervenção antrópica.

Todas as ações executadas ao longo do primeiro semestre de 2023 são resultados diretos das propostas delineadas durante a oficina realizada em setembro de 2022. Essa oficina foi conduzida em colaboração com a Iniciativa para o Comércio Sustentável (IDH) e contou com a participação de diversos atores importantes, incluindo representantes da SEMA MT (Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso), UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso), IFMT (Instituto Federal de Mato Grosso), INDEA (Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso), IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), CIPEM (Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso), ICV (Instituto Centro de Vida), entre outros.

5.3.4. Cadeia da Inovação em Commodities

O Subprograma Identificou uma lacuna entre o conhecimento gerado em instituições de pesquisa e a realidade vivenciada no campo, o que impede a entrega de informações de qualidade aos agricultores. Para enfrentar esse desafio, o principal objetivo foi tentar estabelecer uma ligação entre o ambiente acadêmico e o rural, por meio da transferência e divulgação de tecnologias aos produtores considerando as necessidades locais.

Neste contexto, os projetos apoiados realizaram ensaios experimentais de sistemas produtivos sustentáveis em propriedades rurais que se destacam como exemplos na região, com o propósito de transformá-las em Unidades de Referência Tecnológica. A concepção é que essas propriedades possam disseminar as implementações bem-sucedidas e alcançar outros produtores na área, motivando-os a adotar práticas sustentáveis em suas próprias fazendas.

No âmbito da Inovação, foram realizadas diversas pesquisas que abrangem sistemas de integração e o sistema de plantio direto. Os ensaios experimentais resultaram em 19 produções científicas, que incluem livros, artigos, teses e Trabalhos de Conclusão

de Curso (TCCs). Ao longo desses projetos de inovação, 69 bolsistas e estagiários foram beneficiados, contando com a participação de 68 mulheres em várias fases e funções, como atuação no campo, administração, laboratório e gestão, entre outras.

Nas propriedades onde os experimentos foram conduzidos, observou-se uma adoção total, ou seja, 100% das tecnologias implementadas nos experimentos foram adotadas. Os recursos adquiridos através dos projetos, especialmente os relacionados a laboratórios, serão reutilizados em futuros projetos, contribuindo para o avanço contínuo da pesquisa no estado.

Quanto ao objetivo de transferência de tecnologia, somando todas as iniciativas do Subprograma até o momento, conseguimos impactar positivamente 5.438 indivíduos, incluindo 1.350 produtores rurais. Além disso, outros participantes como técnicos extensionistas, profissionais liberais e estudantes também foram beneficiados por esses eventos de disseminação de conhecimento (Figura 18).



Figura 19: Eventos de transferência de tecnologias

Ainda no eixo da inovação, o Subprograma PIMS também apoiou o Instituto Mato-Grossense da carne (IMAC) para a implementação do Programa de Reinserção e Monitoramento. No contexto do escopo técnico, foi constatado que pequenos e médios produtores não aderiram ao programa de reinserção, levando à não realização do indicador proposto de reinserção de 500 produtores.

O Subprograma PIMS propôs estratégias à Coordenação do Projeto e participou da implementação de algumas ações, mas os resultados não foram bem-sucedidos na

obtenção da adesão necessária. Em virtude disso, a coordenação do Programa REM MT sugeriu um aditivo contratual que envolvia mudanças no escopo, prazo e redução de recursos. No entanto, devido à ausência de definição prévia do escopo antes do término contratual, a implementação do aditivo tornou-se inviável, culminando na interrupção do projeto.

A razão subjacente à falta de adesão por parte dos produtores à plataforma está intrinsecamente ligada ao próprio escopo do Programa de Reinserção do IMAC. Este programa prevê, conforme o Termo de Cooperação Técnica (001/2020) entre o IMAC e a Procuradoria da República em Mato Grosso, a implementação de uma Plataforma Digital destinada ao monitoramento da regeneração ambiental de áreas desmatadas em propriedades rurais bloqueadas para transações com frigoríficos que estabeleceram Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) no âmbito do projeto Carne Legal. Como parte das obrigações estipuladas no acordo, está a implementação de ações visando viabilizar a reintegração de pecuaristas ao mercado formal nacional da carne, sob a condição de comprometerem-se a isolar e não utilizar as áreas desflorestadas sem a autorização dos órgãos competentes, suspendendo imediatamente as atividades em áreas desmatadas de forma irregular.

Devido ao fato de que o público principal do Subprograma ser predominantemente composto por pecuaristas familiares que atuam na fase de criação/reprodução, o projeto não conseguiu despertar grande interesse entre esses produtores. Além disso, constatou-se que as estratégias de sensibilização adotadas pelo IMAC para alcançar esse público não foram eficazes. Com base nas considerações acima expostas, juntamente com as dificuldades em obter informações sobre o progresso por meio do sistema de monitoramento técnico, a decisão pelo cancelamento do projeto foi indeclinável.

5.3.5 Ações complementares do Subprograma PIMS

5.3.5.1 Restauração ecológica

Dentro do âmbito da cadeia pecuária, o Subprograma PIMS identificou uma valiosa oportunidade de se envolver na restauração ecológica, considerando que este também é um objetivo na repartição de benefícios. A abordagem selecionada para essa restauração é a técnica de semeadura direta, que é implementada por meio do método conhecido como "muvuca". Essencialmente, a muvuca consiste em mesclar um conjunto diversificado de sementes florestais, escolhidas de acordo com a vegetação a ser restaurada, contemplando diferentes funções ecológicas e estágios de sucessão. Em relação ao plantio de mudas, essa alternativa se apresenta como uma opção mais econômica e, em muitos casos, mais eficaz para a realização da restauração, oferecendo vantagens em termos de custo e eficiência.

Como resultado de suas atividades, o Subprograma desempenhou um papel significativo no fortalecimento das redes de sementes, através da aquisição de 5,2

toneladas de sementes, utilizadas para implementar a restauração por meio de muvuca em uma extensão total de 161 hectares. Foram 38 espécies florestais, com densidade de plantio aproximada de 80 kg por hectare. Os custos da restauração nesta técnica manteve-se em torno de R$13.000 por hectare.

Além dos resultados concretos, é válido ressaltar que os conhecimentos obtidos e a metodologia adotada foram amplamente compartilhados através da realização de seis eventos de campo. Esses dias de campo proporcionaram a oportunidade de disseminar tanto os resultados alcançados quanto os métodos empregados, contribuindo para uma maior difusão das melhores práticas e das lições aprendidas no processo de restauração (Figura 19).





Figura 20: Mosaico de algumas imagens dos projetos e eventos do Subprograma PIMS

6.3.5.2 Monitoramento do desmatamento dos beneficiários do Subprograma PIMS

Dentro do Subprograma, foi adotada uma abordagem de inteligência territorial para monitoramento, utilizando ferramentas geoespaciais baseadas em sensoriamento remoto. Inicialmente, houve uma consulta às bases oficiais estaduais e federais que abrangem várias categorias, incluindo: a) áreas totais das propriedades obtidas por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR); b) assentamentos rurais; c) áreas embargadas a nível federal e estadual; d) terras indígenas e unidades de conservação; e) registros de desmatamento e queimadas (utilizando dados do PRODES e SEMA).

Os dados de monitoramento preenchidos pelos projetos possuem as coordenadas geográficas das propriedades, assim, a partir desses dados, foi feita a sobreposição dos pontos de coordenadas com as bases de dados oficiais. Com base nisso, as coordenadas das propriedades registradas no CAR foram transformadas em polígonos, delimitando a área da propriedade. Isso ocorre após a mesclagem e correção dos dados. O resultado desse processo de análise é a criação de um banco de dados contendo os polígonos de monitoramento, uma tabela consolidada com informações relevantes (dados da propriedade, proprietário, CAR e registros de desmatamento) e um relatório automatizado em formato PDF, fornecendo uma visão abrangente e detalhada dos dados coletados e analisados para cada propriedade beneficiária do Subprograma PIMS (Figura 20).



Figura 21: Modelo de relatório com análise de desmatamento adotado pelo Subprograma PIMS.

Vale ressaltar que esse mapeamento é viável apenas quando existe a delimitação precisa das propriedades, ou seja, quando há informações sobre quem possui inscrição no CAR ou quando os assentamentos possuem um georreferenciamento lote a lote. No entanto, é importante observar que apenas um número reduzido de assentamentos no estado possui esse georreferenciamento completo. Portanto, o

monitoramento do desmatamento em assentamentos rurais ainda é uma área desafiadora dentro do contexto do REM MT.

5.3.6 Quadro de indicadores do subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis

No contexto dos indicadores do Subprograma PIMS, ... embora tenhamos enfrentado inúmeros desafios durante a pandemia, muitos indicadores já superaram as metas estabelecidas.

....

(Tabela 05)

Tabela 05: Matriz de indicadores do Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis- Status em Jun/2023

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	OBJETIVOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
-	-	-	Indicador C1 Número de propriedades de até médio porte (até 15 módulos fiscais) beneficiadas pelo Programa	Linha Base C1 0	Meta C1 10.500	1571 propriedades	1.668 propriedades
-	-	-	Indicador C2 Número de hectares sob manejo de baixo carbono (sejam por reflorestamento e recuperação produtiva e recuperação de áreas	Linha Base C2 0	Meta C2 52.250	82.567,55 ha	90.472,46 ha

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	OBJETIVOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
			degradadas)				
Eixo 1 Pecuária Sustentável	Bovinocultura de corte intensificada com adequação ambiental e sem incorporação de novas áreas	Objetivo 1.1 Aumentar a produtividade da bovinocultura de corte com redução do passivo ambiental e sem incorporação de novas áreas	Indicador 1.1 Taxa de lotação (UA/ha) (bezerro) sem incorporação de novas áreas - onde: UA corresponde a unidade animal	Linha Base 1.1 1,06 UA/ha (bezerro) (dado informado pela EMPAER)	Meta 1.1 3,00 UA/ha (meta informada pela EMPAER)	1,06 UA/ha (dado inicial informado pela EMPAER) 1,68 UA/ha (dado inicial informado pelo ICV)	2,02 UA/ha (dado inicial informado pela EMPAER)

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	OBJETIVOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
Eixo 1 Pecuária Sustentável	Bovinocultura de corte intensificada com adequação ambiental e sem incorporação de novas áreas	Objetivo 1.1 Aumentar a produtividade da bovinocultura de corte com redução do passivo ambiental e sem incorporação de novas áreas	Indicador 1.2 Área (ha) de passivos ambientais recuperada e/ou em recuperação, em terras de beneficiários do Programa REM	Linha Base 1.2 0	Meta 1.2 3.600	23,1 ha	161 ha
Eixo 1 Pecuária Sustentável	Bovinocultura de corte intensificada com adequação ambiental e sem incorporação de novas áreas	Resultados Esperados 1.1Aumentar a produtividade da bovinocultura de corte com redução do passivo ambiental e sem incorporação de	Indicador 1.3 Número de propriedades atendidas pela ATER	Linha Base 1.3 0	Meta 1.3 2.400	1.102 Propriedades	1.404 propriedades

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	OBJETIVOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
		novas áreas					
Eixo 2 Soja Responsável	Propriedades produtoras de soja preparadas para certificações	Resultados Esperados 2.1Aumentar a produção de soja certificada	Indicador 2.1 Área (ha) da produção com soja certificada, ou em processo de certificação	Linha Base 2.1 0	Meta 2.1 100.000 ha de produção com soja certificada, ou em processo de certificação	38.472,88 ha	44.068,53 ha
Eixo 2 Soja Responsável	Propriedades produtoras de soja preparadas para certificações	Objetivo 2.1 Aumentar a produção de soja certificada	Indicador 2.2 Área (ha) de passivos ambientais recuperada e/ou em recuperação,	Linha Base 2.2 0	Meta 2.2 2.000	Informação ainda insuficiente	12,20 ha

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	OBJETIVOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
			em terras de beneficiários do Programa REM				
Eixo 3 Manejo Florestal Madeireiro Sustentável	Melhores práticas de manejo florestal madeireiro disseminadas e implementadas	Objetivo 3.1 Volume de madeira oriunda de manejo florestal legal no mercado	Indicador 3.1 % de legalidade na exploração florestal em Mato Grosso	Linha Base 3.1 61%	Meta 3.1 80%	62% Fonte: Transparência Florestal Mato Grosso [online] / Instituto Centro de Vida – Ano 8, n. 15 (out. 2021)	62% Fonte: Transparência Florestal Mato Grosso [online] / Instituto Centro de Vida – Ano 8, n. 15 (out. 2021)

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	OBJETIVOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
Eixo 4 Inovação em Cadeias de Commodities	Tecnologias inovadoras adotadas nas cadeias de commodities que promovam conservação ambiental e rentabilidade econômica	Objetivo 4.1 Ampliar a utilização de tecnologias inovadoras que conciliem conservação ambiental e rentabilidade econômica nas cadeias de commodities	Indicador 4.1 Número de produtores alcançados por eventos de difusão de tecnologias inovadoras de baixo carbono e boas práticas	Linha Base 4.1 0	Meta 4.1 10.500	905 produtores Se considerarmos todos os participantes dos eventos de divulgação (produtores rurais, estudantes, pesquisadores, profissionais liberais, entre outros), temos um público de 3.326 pessoas	1350 produtores Se considerarmos todos os participantes dos eventos de divulgação (produtores rurais, estudantes, pesquisadores, profissionais liberais, entre outros), temos um público de 5.438 pessoas

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	OBJETIVOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
Eixo 4 Inovação em Cadeias de Commodities	Tecnologias inovadoras adotadas nas cadeias de commodities que promovam conservação ambiental e rentabilidade econômica	Objetivo 4.2 Aumentar o volume de commodities com uso de ferramentas de garantias socioambiental e de origem	Indicador 4.2.1 Volume de madeira em m^3 de manejo florestal controlada pelo SISFLORA	Linha Base 4.2.1 154.835,67 m^3 (média anual autorizada de 2017 a 2019)	Meta 4.2.1 185.802,80 de madeira em m^3 de manejo florestal controlada pelo SISFLORA até 2023 (+20% da linha base)	8.779.271,43 m^3 OBS: dado disponibilizado pela SEMA	8.779.271,43 m^3 OBS: dado disponibilizado pela SEMA

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS	OBJETIVOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
Eixo 4 Inovação em Cadeias de Commodities	Tecnologias inovadoras adotadas nas cadeias de commodities que promovam conservação ambiental e rentabilidade econômica	Objetivo 4.2 Aumentar o volume de commodities com uso de ferramentas de garantias socioambiental e de origem	Indicador 4.2.2 Número de produtores reinseridos pelo sistema do IMAC e MPF	Linha Base 4.2.2 0 produtores reinseridos pelo sistema do IMAC e MPF	Meta 4.2.2 680 produtores reinseridos pelo sistema do IMAC e MPF	0 produtores	Projeto cancelado

5.4. Subprograma 4 - Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes

O período foi marcado pelo anúncio dos dados de monitoramento do desmatamento pelo PRODES. Tal relatório trouxe o início do resultado da reversão do desmatamento. Mato Grosso apresentou redução de 13% em relação ao ano anterior, acima da média alcançada na Amazônia Legal, de 11%. O resultado positivo demonstra que o esforço do Programa REM em repassar melhores condições de trabalho, acesso à tecnologia de ponta no monitoramento, aliado com os esforços do governo estadual, está dando certo.

5.4.1. Sistema Estadual de REDD+ da Política Estadual de Mudanças Climáticas do Estado de Mato Grosso

Durante o referido período houve o desenvolvimento da "Construção Participativa da Estratégia de Monitoramento e Relato do Cumprimento de Salvaguardas Socioambientais de REDD+ do Programa REM MT", que resultou no Manual Operacional da Implementação de Salvaguardas e 1º Sumário de Salvaguardas de Cancun para o Programa REM MT, respectivamente. Ambos os produtos foram apresentados ao Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas e validados pelo Conselho Gestor do Programa REM MT em 28 de abril de 2023.

Ao mesmo tempo o primeiro ciclo de monitoramento de indicadores de salvaguardas foi realizado e concluído, culminando no Primeiro Relatório de Monitoramento de Indicadores de Salvaguardas e Primeiro Sumário de Informações de Salvaguardas do Programa REM-MT, apresentados ao FMMC em fevereiro de 2023 para contribuições. O Sumário foi consolidado e sua versão final está sendo organizada para a publicação.

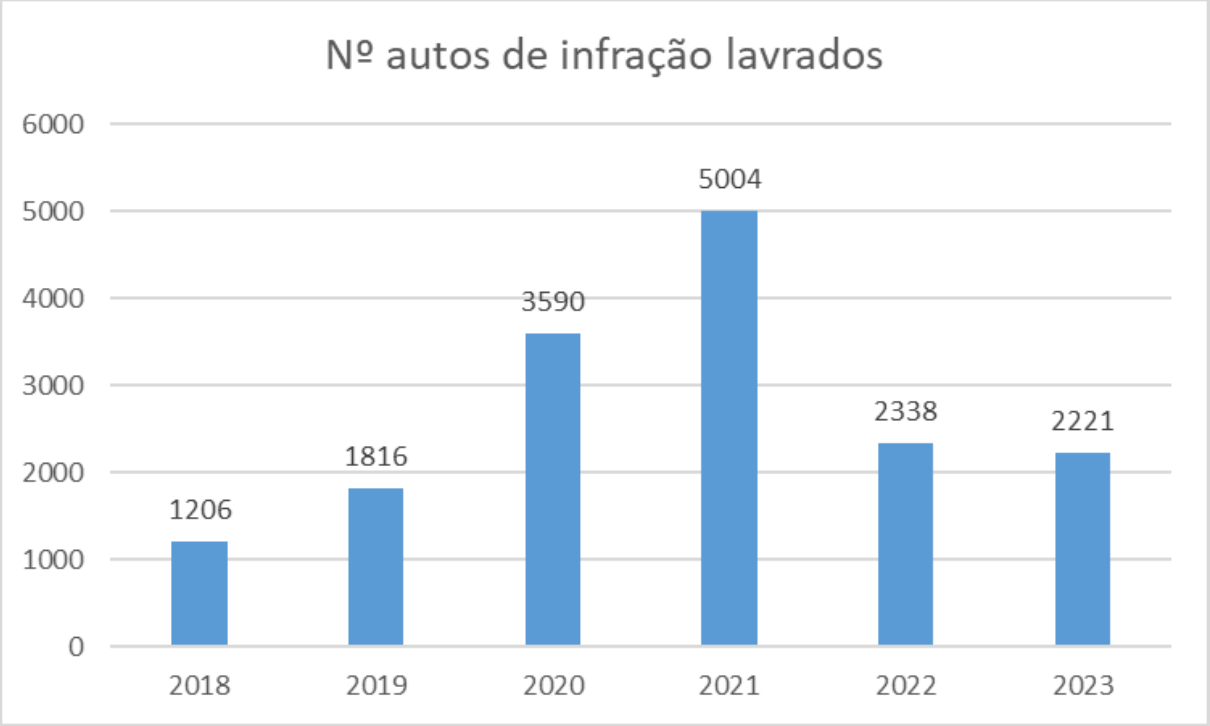
O Plano de Ação das Salvaguardas Socioambientais do Programa REM MT, inlcui a formação em mudanças climáticas e salvaguardas socioambientais. Essa produção de conteúdo e metodologia para as oficinas sobre Mudanças Climáticas e Salvaguardas são de responsabilidade da Superintendência de Educação Ambiental e Atendimento ao Cidadão SUEAAC/SEMA, estando previstas 07 capacitações, envolvendo agricultores familiares, quilombolas e povos indígenas do estado de Mato Grosso. A formação deve iniciar no segundo semestre de 2023.

5.4.2. Monitoramento e Controle do Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais

Ao longo do período deste relatório, a estratégia de combate ao desmatamento e aos incêndios florestais tomou ainda mais corpo, sendo executada por 13 organizações governamentais, estaduais e federais. Especificamente sobre os incêndios florestais, o resultado de redução de focos de calor é muito relevante: 43% menor a incidência

de focos em relação ao ano anterior, no mesmo período. Sendo que a média brasileira é de 23% de redução.

Sobre os investimentos na estratégia de combate ao desmatamento, a prioridade continuou sendo avançar na construção do sistema de tecnologia para o monitoramento de vegetação via imagens de satélite. Conclui-se dois dos três sistemas de informatização do macroprocesso da responsabilização de infratores, garantindo o aumento da eficiência, além da continuidade nas demais ações, como manter o engajamento das equipes das unidades regionais da SEMA na fiscalização. Observa-se no gráfico abaixo uma diminuição no número de autos de infração lavrados no ano de 2022, em relação ao ano anterior. A queda se deve principalmente ao fato do efetivo de Fiscais ser insuficiente para atender maior número de alertas de desmatamento. Atualmente se apresenta como o maior gargalo da fiscalização. Porém, no ano atual, percebe-se uma forte tendência de recuperação da produtividade, devido ao investimento do Programa REM em tecnologia e inovação, além de complementar a frota veicular. O uso do novo sistema de autuação, por exemplo, reduziu em 50% o tempo de lavratura de autos de infração.



* 2023 corresponde a produtividade de jan a jul 2023.

Gráfico 11: Autos de Infração emitidos por ano (SEMA, BEA, BPMPA).

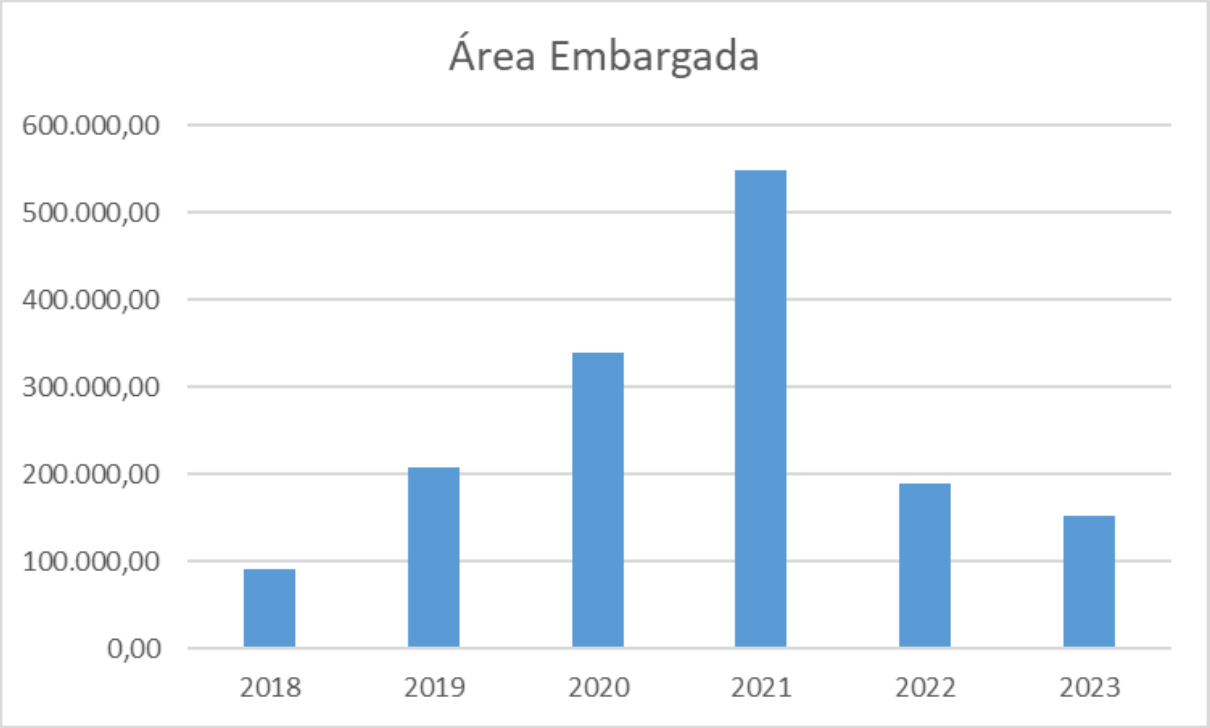


Gráfico 11: Área embargada por ano.

Concomitantemente o Estado de Mato Grosso deu continuidade ao contrato de monitoramento da cobertura vegetal com imagens Planet, iniciado pelo Programa REM. Ao mesmo tempo que o Programa REM MT, em conjunto com a SEMA, setores de fiscalização e de geoprocessamento, iniciaram em 2022 a construção do sistema próprio de monitoramento, com a contratação de empresa especializada, investimento da ordem de R$1.010.000,00. Espera-se que até dezembro de 2023 o sistema esteja em funcionamento e que o Estado possa ter um sistema que, além de gerar alertas próprios do desmatamento, tenha um módulo de gerenciamento de alertas, atrelado aos demais sistemas apoiados pelo Programa, SIGA AUTUAÇÃO, SIGA RESPONSABILIZAÇÃO E SIGA ARRECADAÇÃO.

Outra ação desenvolvida no âmbito de apoio ao combate ao desmatamento foi a conclusão dos trabalhos de campo e de elaboração das cartas do Mapa da Vegetação Primária do Estado de Mato Grosso, que passou a ser homologado pelo parceiro IBGE e previsão de publicação do Mapa para 2025. Sendo que, o mapa apoiará as equipes de fiscalização em campo de quando da lavratura do auto de infração, além de servir para as análises do Cadastro Ambiental Rural do Estado, entre outras aplicações.

No âmbito da responsabilização civil dos infratores ambientais, apoio ao Ministério Público Estadual (MPE), os diagnósticos ambientais das bacias hidrográficas do Estado, estão sendo finalizados pelos consultores contratados pelo Programa REM, dando continuidade ao processo de implantação dos comitês estaduais de Bacias Hidrográficas no âmbito do MPE-MT.

Neste final da fase I do Programa está sendo priorizada a capacitação e atualização

das equipes de fiscalização. Com o apoio do REM ocorreu o 1º Curso Básico de Inteligência Ambiental, realizado pela Polícia Civil, para cerca de 50 profissionais de Segurança Pública. E o 5° Curso de Policiamento Ambiental do BPMPA/PMMT, que capacitou 50 Policiais Militares para atuarem no combate aos ilícitos ambientais. Também foi possível promover a atualização de 12 servidores da Fiscalização da SEMA em novas tecnologias de geoprocessamento, no evento nacional de referência da área: MundoGeo, realizado em São Paulo - SP. Ainda está previsto para ocorrer no ano de 2023 mais dois cursos: Seminário de atualização do Comando e Controle e Mudanças Climáticas, 1.º Curso de Investigação e Operações Policiais Ambientais, Curso de Inteligência Ambiental organizado pela DEMA para a SEMA; curso sobre a ferramenta Google Earth Engine para classificação e mapeamento de habitats de áreas úmidas e o curso de Identificação Botânica da Flora do Cerrado, ambos para atender a equipes da SEMA.

5.4.3 Macro-estratégia para o desenvolvimento sustentável em MT

5.4.3.1 Coordenação Geral

No período compreendido pelo relatório, o grupo de coordenação manteve-se estável no time REM MT, entretanto o time FUNBIO passou por desafios, pois dois profissionais saíram do time, um deles atuava diretamente na articulação com os projetos locais, fato que impactou especialmente a aprovação da prestação de contas, e adicionalmente o Gerente passou por questões familiares que restringiram seu acompanhamento ao andamento do Programa, e posteriormente culminou com sua transferência para outro projeto do Fundo.

Durante o mesmo período não houve o envio do relatório de acompanhamento financeiro entre junho e dezembro de 2022, impossibilitando o nivelamento da execução técnica com a financeira. O conjunto desfavorável da situação impulsionou

no time do FUNBIO, junto ao time de MT, um esforço para a resolução definitiva de inconsistências financeiras persistentes.

Durante o mesmo período o programa recebeu a consultoria de Avaliação de Meio Termo (Anexo 2), que em suas conclusões sobre as questõe operacionais apontou para a necessidade de:

- Estruturar um processo sistemático de reporte, análise e solução dos problemas operacionais.
- Garantir que os procedimentos e critérios para compras e contratações estejam atualizados e compartilhados com todos os envolvidos.
- Melhorar a alocação da capacidade de compras e contratações do FUNBIO, garantindo aderência ao planejamento e às sazonalidades das demandas.
- Aprimorar o processo de planejamento de contratações e aquisições, buscando antecipação às necessidades do Programa e agregação das demandas semelhantes de forma a obter agilidade e ganho de escala na execução.
- Corrigir as inconsistências nos registros de execução financeira – classificação de insumos, órgãos executores, despesas elegíveis – e ajustar os procedimentos de lançamento para eliminar as falhas nas informações financeiras.
- Aprimorar e fortalecer a estrutura (equipe, processos e instrumentos) para um acompanhamento mais próximo e contínuo das organizações executoras de projetos – com o cenário de aumento do número de projetos apoiados é muito importante garantir que as organizações recebam orientação adequada para a execução e apoio na prestação de contas. Esta estrutura de acompanhamento das organizações executoras pode ser utilizada também para contribuir com a implementação do monitoramento do Programa – salvaguardas, físico-financeiro e resultados.
- Aprimorar as interfaces dos sistemas Cérebro e Paradigma garantindo o acompanhamento de todas as fases da solicitação de insumos e das prestações de contas dos desembolsos para toda a equipe executiva do Programa (GCP REM não tem acesso a todas as funcionalidades).
- Elaborar documentos que simplifiquem e traduzam as orientações de execução para os povos indígenas e povos tradicionais e suas organizações – MOP Indígena/PCT.
- Desenvolvimento de sistema de avaliação do desempenho e reconhecimento das organizações executoras de projetos (organizações com excelente desempenho na execução, prestação de contas, monitoramento etc. recebem incentivos, bônus ou outra forma de reconhecimento pelo Programa).

5.4.3.2 Consultoria Internacional

A CI manteve suas habituais atividades ao longo do período, entre os destaques operacionais envolveu-se na elaboração/revisão de Termos de Referência e

Especificações Técnicas, elaboração de Pareceres Técnicos, elaboração de editais para Chamada 012/2022 do Subprograma A e as Chamadas 001/2022 e 002/2022 B.

Entre os temas, acompanhou a discussão de salvaguardas na "Construção Participativa da Estratégia de Monitoramento e Relato do Cumprimento de Salvaguardas Socioambientais de REDD+ do Programa REM MT", e Análise de Gênero em Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade e formação em comunicação para mulheres indígenas, bem como a consultoria de Avaliação de Meio Termo. Manteve-se sempre presente também no apoio à Coordenação do REM nas questões gerenciais junto ao FUNBIO e KFW.

O contrato da CI estava previsto para finalizar em junho de 2023, no entanto a Coordenação do Programa avaliou ser pertinente a continuidade do contrato, sendo de interesse da GOPA também, o contrato foi aditivado para manter a consultora nacional até que a Consultoria para a Fase 2 seja contratada, no início de 2024.

5.4.3.3 PCI

Administrativamente para a estratégia PCI o período foi marcado pela saída do Diretor e coordenador adjunto do Programa REM MT, Fernando Sampaio, e pela criação do CNPJ do Instituto. Esse fato marca uma nova fase e define alguns novos investimentos, como uma consultoria para o desenvolvimento de fluxos e procedimentos do Instituto até que ele esteja completamente estabelecido e preparado para operar como gestor financeiro de programas. Além de apoiar na definição das metas e escopo do trabalho.

O trabalho voltado ao fortalecimento da Estratégia PCI no estado de Mato Grosso pode ser descrito em duas ações principais. A primeira é voltada a fortalecer a Estratégia propriamente dita. Dentro disso, entre 2021 e 2022, as ações desenvolvidas tiveram o objetivo de repactuação das metas da PCI e alinhamento à estratégia de descarbonização proposta pelo governo do Estado, o levantamento de gaps de financiamento e modelos capazes de atrair o investimento necessário à essa transição sustentável do território, instrumentos para facilitar a conexão do setor privado com a Estratégia, o fortalecimento de sua capacidade de monitoramento e a ampliação do entendimento sobre a Estratégia por públicos interno e externo por ações de comunicação.

As atividades apoiadas pelo REM para o fortalecimento da Estratégia PCI tiveram como resultados: i) o apoio ao desenvolvimento de políticas públicas, com membros da PCI contribuindo para a construção do plano de Agricultura de Baixo Carbono de Mato Grosso, a identificação de gaps e oportunidades em relação ao mercado de REDD jurisdicional, incluindo a adequação ao padrão ART Trees e o apoio à SEAF na construção do projeto MT Produtivo junto ao Banco Mundial. ii) o aprimoramento do monitoramento das metas da PCI, cobrindo gaps de informação e o lançamento de uma rede de apoio ao monitoramento da PCI iii) a quantificação de gaps e definição de modelos de investimentos para o estado que estão sendo levados a investidores e

financiadores iv) o aumento do engajamento do setor privado com mapeamento de oportunidades e projetos aptos a se conectarem com o mercado, a construção de instrumentos para facilitar o entendimento das empresas sobre a PCI e como participar, ampliação do número de empresas investindo em projetos relacionados à PCI em Mato Grosso (um levantamento dos projetos será publicado no 2o semestre) v) evolução na regionalização da Estratégia com processos de planejamento participativo em pactos regionais, com a participação de atores locais e municípios vi) definição de uma estratégia de comunicação

O segundo trata da institucionalização da Estratégia, através do Instituto PCI. Apesar do atraso em relação à formalização do Instituto, suas estruturas de governança com Conselho e Comitês têm funcionado normalmente. No ano que passou, foram sanados os problemas relacionados à documentação de seus associados fundadores, que foram a causa do atraso no processo de formalização. Foram propostos também modelos de negócio para viabilizar o Instituto PCI, e sua conexão com potenciais doadores para a Estratégia, públicos e privados, incluindo um papel na execução da segunda fase do REM. Com a formalização do Instituto, espera-se que a construção da capacidade de gestão financeira e mecanismos de compliance sejam feitas inicialmente em parceria com instituições com este know how, mas que exista uma transferência dessas capacidades ao longo da implementação de projetos como o REM e outros.

Os próximos passos mais importantes do Instituto PCI em 2023 e 2024 são:

Estruturação do Instituto PCI

- Alteração da Ata de Constituição com a inclusão do novo diretor e criação de conta bancária;
- Contratação de consultoria técnica para elaboração de material técnico e instrutivo (diretrizes, orientações, manuais etc.) para gestão financeira de fontes de recursos de doação pelo Instituto PCI;
- Contratação de equipe mínima para o Instituto PCI (legal, financeiro, projetos e comunicação);
- Aquisição de experiência via execução de contratos de financiamento do Instituto PCI;
- Aproximação junto à instituições financeiras para preparar o Instituto PCI a operar em modelos inovadores de investimento de impacto (ex. blended finance) ;

Investimentos

- Matchmaking entre financiadores e beneficiários por meio do Pitchbook PCI
- Fomento de ações do setor privado por meio do Corporate Action Group
- Suporte no desenvolvimento e implementação de políticas públicas e cooperação internacional (MT Produtivo, Plano ABC+, REM 2, GIZ e outros)
- Implementação da estratégia de investimentos via Comitê de Investimentos da PCI

- Monitoramento
- Monitoramento das metas da PCI por meio de atualização anual do Balanço das Metas da PCI
- Contratação de consultoria específica para monitoramento de metas específicas (pastagens e florestas plantadas)
- Contratação de consultoria específica para desenvolvimento de uma plataforma para monitoramento das metas da PCI a nível municipal
- Desenvolvimento de ações e projeto específicos a nível regional com foco nas metas com maior dificuldade de progresso via Comitê de Monitoramento da PCI

Regionalização

- Definição de diretrizes mínimas para atuação dos Pactos regionais da PCI
- Gestão de atividades e ações dos Pactos Regionais da PCI em Sorriso, Juruena, Cotriguaçu, Barra do Garças e Tangará da Serra
- Criação e gestão de novos Pactos Regionais na região oeste de Mato Grosso por meio do projeto LIF e CGF (sapezal, Campos de Julho, Alto Paraguai, Diamantino e campo Novo dos Parecis)

Comunicação

- Implementação do Plano de Comunicação da PCI
- Elaboração, publicação e divulgação de materiais técnicos e institucionais relacionados à PCI
- Representação institucional nas mais variadas audiências relacionadas a PCI

5.4.4 Políticas Públicas Estruturantes do Programa REM

Com relação ao apoio em políticas públicas relacionadas ao Programa, houve continuidade no repasse de diárias para o INTERMAT e INCRA realizarem vistorias objetivando a regularização fundiária. Foram regularizadas 2.942 propriedades em Assentamentos Rurais em Mato Grosso, entre os anos de 2020 a 2022, com o apoio do REM MT.

Interessante registrar o apoio à Política Pública de proteção indigena, com a estruturação de bases de fiscalização na Terra Indígena (TI) Sararé. Tal apoio se encontra em fase de início, com a solicitação de aquisição de quatro contêineres para compor a nova base, no interior da TI. Investimento na ordem de R$ 345 mil. Com previsão de instalação em dezembro de 2023.

Tabela 06: Matriz de indicadores do Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis- Status em Jun/2023

EIXO	RESULTADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
		Indicador D1 Número de instrumentos do sistema subnacional de REDD+ integrados com o sistema nacional	Linha Base D1 0	Meta D1 2 (registro de carbono, salvaguardas)	1 instrumento - registro de carbono (Infohub); 1 instrumento de salvaguardas em processo de finalização	2 instrumentos finalizados: registro de carbono (Infohub) e sumário de salvaguardas.
		Indicador D2 Taxa média quinquenal de desmatamento anual reduzida na Amazônia mato-grossense (em km^2)	Linha Base D2 1.569 km2 (2015-2019)	Meta D2 Redução de 3% na média quinquenal do ano seguinte (2016-2020) duplicando essa taxa anualmente (2021: 6%, 2022: 12%	Aumento de 26,52% em relação à média quinquenal.	Aumento de 18,39% em relação a meta de redução de 12% referente a média quinquenal do ano anterior.

EIXO	RESULTADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
				etc.)		
		Indicador D3 Investimentos privados anuais para a produção sustentável de baixo carbono	Linha Base D3 R$ 13,5 milhões (investimento Carrefour/IDH em pecuária em Juruena e Paranatinga)	Meta D3 R$ 200 milhões anuais	R$ 4,18 bilhões* (*este número inclui a emissão de US$ 750 milhões em Sustainability bonds pela Amaggi, e o deal de US$ 30 milhões entre o fundo Andgreen e FS Bioenergia)	Aprox. R$ 145 milhões[2]

EIXO	RESULTADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
Eixo 1 Sistema Estadual de REDD+ da Política Estadual de Mudanças Climáticas do estado do Mato Grosso	Resultado 1.1 Sistema Estadual de REDD+ implementado com salvaguardas observadas e respeitadas	Indicador 1.1 Sistema subnacional de REDD+ com salvaguardas observadas e respeitadas implantado	Linha Base 1.1 0	Meta 1.1 1 Sistema subnacional de REDD+ com salvaguardas observadas e respeitadas	Entregue versões preliminares do Relatório de Monitoramento de Salvaguardas e Primeiro Sumário de Salvaguardas do Programa REM, que passam por revisão dos dados para posterior aprovação do Conselho Gestor e publicação.	1 sumário de salvaguardas aprovado pelo conselho gestor de REDD.
Eixo 2 Monitoramento e Controle do Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais	Resultado 2.1 Redução do desmatamento e queimadas com responsabilização dos	Indicador 2.1 = Indicador D2	Linha Base 2.1 = Indicador D2	Meta 2.1 = Indicador D2		

EIXO	RESULTADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
	Infratores					
Eixo 2 Monitoramento e Controle do Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais	Resultado 2.1 Redução do desmatamento e queimadas com responsabilização dos Infratores	Indicador 2.1.1 Nº de Termos de Compromisso assinados até 2022	Linha Base 2.1.1 45 Termos de Compromissos assinados até 2019	Meta 2.1.1 2.000 Termos de Compromissos até 2022	593 Termos assinados	1.041 Termos assinados

EIXO	RESULTADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
Eixo 2 Monitoramento e Controle do Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais	Resultado 2.1 Redução do desmatamento e queimadas com responsabilização dos Infratores	Indicador 2.1.2 Sequência de alertas de desmatamento a partir de 1 ha para todo o Estado do Mato Grosso	Linha de Base 2.1.2 Alertas semanais de desmatamento para todo o Estado do Mato Grosso	Meta 2.1.2 Manter alerta semanal de polígonos de desmatamento a partir de 1 ha até 2022	100%	100%
Eixo 2 Monitoramento e Controle do Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais	Resultado 2.1 Redução do desmatamento e queimadas com responsabilização dos Infratores	Indicador 2.1.3 Percentagem de atendimento dos alertas de desmatamento das infrações identificadas pelas instituições de Comando e Controle em 2022	Linha de Base 2.1.3 0 (não tinha ainda imagem da planet, para poder definir o total das infrações)	Meta 2.1.3 100% de atendimentos dos alertas das infrações identificadas pelas instituições de Comando e Controle até 2022	80%	82,2%

EIXO	RESULTADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
Eixo 2 Monitoramento e Controle do Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais	Resultado 2.1 Redução do desmatamento e queimadas com responsabilização dos Infratores	Indicador 2.1.4 % de áreas (ha) embargada das infrações identificadas pelas instituições de comando e controle, com o sistema Planet	Linha de Base 2.1.4 0 % (não tinha ainda imagem da planet, para poder definir o total das infrações)	Meta 2.1.4 100 % de áreas (ha) embargada das infrações identificadas pelas instituições de comando e controle, com o sistema Planet	100%	100%
Eixo 3 Macro-estratégia para o desenvolvimento sustentável em MT	Resultado 3.1 Gestão Integrada do Programa REM MT e PCI atuante e eficiente	Indicador 3.1 Percentagem dos recursos desembolsados pelo REM que contribui para as metas da PCI	Linha Base 3.1 0	Meta 3.1 100	61%	100%

EIXO	RESULTADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
Eixo 3 Macro-estratégia para o desenvolvimento sustentável em MT	Resultado 3.1 Gestão Integrada do Programa REM MT e PCI atuante e eficiente	Indicador 3.1.1 % de execução físico-financeiro do Programa até 2022	Linha de Base 3.1.1 25% de execução físico-financeiro do Programa em 2020	Meta 3.1.1 90% de execução físico-financeiro do Programa até 2022	62% (Comprometido + Executado)	90%
Eixo 3 Macro-estratégia para o desenvolvimento sustentável em MT	Resultado 3.1 Gestão Integrada do Programa REM MT e PCI atuante e eficiente	Indicador 3.1.2 Número e valores de financiamentos à Estratégia PCI (público, privado e outros)	Linha de Base 3.1.2 US$ 53 milhões	Meta 3.1.2 US$ 90 milhões	0	R$ 53.000,00

EIXO	RESULTADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS	STATUS METAS (21/22)	STATUS METAS (22/23)
Eixo 4 Políticas Públicas Estruturantes do Programa REM	Resultado 4.1 Aperfeiçoamento e modernização das instituições e implementação de Políticas Públicas Integradas	Indicador 4.1 % de instituições estruturadas com PP incentivadas das instituições/organizações que cooperam diretamente com o Programa REM MT	Linha Base 4.1 0	Meta 4.1 100%	130%	130%
Eixo 5 Gestão Financeira e Apoio à Implementação do Programa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

[2] Levantamento a partir de 27 projetos/iniciativas que estão contribuindo com a PCI e que reportaram seus trabalhos no Pitchbook PCI de 2023.

6. Cronograma físico e de desembolsos

Tabela 8: Desembolsos realizados

DESEMBOLSOS				
DESEMBOLSO	**DATA**	**VALOR (MOEDA ORIGINAL)**	**TAXA DE CÂMBIO**	**VALOR (MOEDA NACIONAL)**
1º Desembolso KfW	27/12/2018	€ 5.000.000,00	R$ 4,44	R$ 22.204.178,42
1º Desembolso BEIS	07/06/2019	€ 9.137.972,52	R$ 4,37	R$ 39.896.388,02
TOTAL		**€ 14.137.972,52**		**R$ 62.100.566,44**
2º Desembolso KfW	19/12/2019	€ 8.000.000,00	R$ 4,51	R$ 36.095.165,28
2º Desembolso BEIS	28/04/2020	€ 11.181.181,09	R$ 6,04	R$ 67.574.822,15
TOTAL		**€ 19.181.181,09**		**R$ 103.669.987,43**
3º Desembolso kfW	22/07/2021	€ 4.000.000,00	R$ 6,103	R$ 24.410.870,95
3º Desembolso BEIS	20/09/2021	€ 6.860.749,34	R$	R$ 42.817.936,63
	27/09/2021	€ 109.575,83		R$ 684.848,94
TOTAL		**€ 10.970.325,17**	**R$ 6,10**	**R$ 67.913.656,52**
TOTAL GERAL		**€ 44.289.478,78**		**R$ 233.684.210,39**

7. Temas Transversais ao Programa

7.1. Aspectos de Gênero

Os aspectos de gênero foram incorporados no Programa desde o início em suas ações, equilibrando a participação dos beneficiários com justiça, participação social e oportunidades no mercado de trabalho, geração de renda, melhoria na qualidade de vida, fortalecimento e protagonismo, especialmente das mulheres e jovens. Tais aspectos foram destacados nos editais das chamadas, sendo esse um dos critérios de exclusão de projetos quando não foram considerados adequadamente.

A chamada de projetos do Subprograma estimula a participação de mulheres, jovens e jovens mulheres, tornando-se este um dos critérios importantes para a avaliação das propostas encaminhadas para análise, aprovação e contratação pelo FUNBIO. Desta forma, todos os temas e linhas de ação temáticas devem demonstrar a capacidade de gerar co-benefícios e fortalecer a participação de mulheres e jovens nos processos decisórios e de execução dos mesmos, tornando-se inelegíveis os projetos que excluem e discriminam jovens entre os beneficiários, que poderiam estar vinculados às suas atividades.

Os resultados desses esforços estão refletidos especialmente nos Subprogramas AFPCT e TI. No Subprograma AFPCT desenvolveu-se uma consultoria conduzida pela GIZ, cuja metodologia foi baseada em oficinas com os beneficiários para identificação dos principais desafios encontrados pelas mulheres no processo de acesso e gestão de projetos e organizações sociais, observando as etapas de produção e analisando a divisão de trabalho entre homens e mulheres; as restrições baseadas em gênero; a existência de cooperação dentro de cada elo da cadeia e entre elos; a presença de serviços financeiros e não-financeiros; os padrões sociais, ambientais e de qualidade; as regulações e o ambiente institucional; e as oportunidades, boas práticas e demandas apresentadas.

Junto aos indígenas os projetos Jóias e Saberes da Floresta da Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa - AIMURIK, o projeto Capacitação e Autoprodução de Energia com Comunidades Indígenas de Mato Grosso – “Escola-Oficina FSS” se destacam visando o empoderamento feminino, e projetam a inserção das mulheres indígenas na geração de renda e autonomia frente às suas comunidades. Para além dos projetos, está planejado para o segundo semestre de 2023 um curso específico para preparar as mulheres indígenas para atuação em comunicação em diferentes meios de comunicação.

7.2. Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (MEL)

Os dados de monitoramento continuam sendo coletados conforme estabelecido na metodologia desenhada para atender o MEL, tanto das atividades de execução direta quanto de execução indireta do programa. Por meio do sistema GPWeb estão sendo registradas as ocorrências de atividades realizadas, o percentual de progresso, ou mesmo problemas ocorridos na execução das tarefas de cada atividade dos Subprogramas e dos projetos das subexecutoras.

Especificamente em relação ao Subprograma Territórios Indígenas, o monitoramento dos projetos está sendo feito por monitores indígenas locais, visando implantar uma metodologia participativa para a coleta de dados, por meio da aplicação de questionários, mapeamentos participativos e produtos audiovisuais.

7.2.1. Sistema de Gestão GPWeb

Atualmente o GPWEB contempla 04 Portfólios de Projetos, considerando: Portfólio do PROGRAMA REM MT com seus 4 Subprogramas e 95 projetos; Portfólio do Subprograma AFPCT consolidado com 22 subexecutoras da Chamada 03/2020 e 21 da Chamada 12/2022; Portfólio do Subprograma TI contendo as oito Aglutinadoras do Plano Emergencial, duas contratadas diretamente, 27 das Chamada 01/2022 e 02/2022; Portfólio do Subprograma PIMS com as nove subexecutoras da chamada 08/2020 e sete contratados diretamente. O Subprograma FIPPE não tem projetos subordinados, mas sim ações que são executadas de forma direta.

Os indicadores de impacto e desempenho do Programa REM MT aparecem relacionados aos Portfólios, com um total de 54 indicadores consolidados. O sistema permite ainda obter os resultados da execução físico-financeiros de cada Subprograma e o consolidado do Programa REM MT.

A alimentação do sistema tem sido cada vez mais presente na rotina das subexecutoras, estando previsto um esforço extra da coordenação geral para aderir à nova rotina de gestão de riscos por meio do sistema, assim que a consultoria contratada pelo KfW para avaliar o sistema seja concluída, provavelmente no segundo semestre de 2023.

7.3 Comunicação

Durante o intervalo de 01 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, o foco das ações de comunicação esteve em ampliar a divulgação das atividades e conquistas do Programa, por meio de estratégias inovadoras e eficazes, de modo que foram alcançados os seguintes resultados:

7.3.1 Cobertura Midiática e Matérias Jornalísticas

Neste período, o Programa atingiu um marco significativo ao produzir e disseminar 339 matérias em diversos veículos de comunicação, englobando sites, blogs, redes sociais, televisão e rádio em nível local e nacional. Este número reflete um notável crescimento de 18% em relação ao ano anterior, destacando nosso comprometimento com uma presença consistente na mídia.

Além disso, nossos projetos e iniciativas ganharam por diversas vezes destaque em veículos de mídia de âmbito regional, nacional e internacional, tais quais Portal Amazônia, Canal Rural e até mesmo foi destacado em um tuíte na página da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), que comentou a importância do Programa no Estado, que vem ajudando a manter a floresta em pé e, ao mesmo tempo, gerando renda e emprego às comunidades locais.

Também conseguimos ter nossos conteúdos, como: posts, matérias e menções nas redes sociais ao REM MT, em sites governamentais e institucionais, como a

Embaixada do Reino Unido, Funai, UFMT, IFMT, ISA e IPAM, o que reforça nossa credibilidade e influência nas esferas ambiental pública e acadêmica.



Figura 21: Print do post no Instagram do REM MT, mostrando o destaque que o programa ganhou no twitter na COP.



Figura 23: Coordenadora do REM MT Lígia Vendramin durante entrevista para o Canal Rural, veículo de alcance nacional[2].



Figura 24: Ação do REM MT repercute no maior site de notícias do estado.

7.3.2 Estratégias de Comunicação

A fim de maximizar a disseminação de informações sobre o Programa REM MT, foram implementadas estratégias inovadoras, como a criação de um mailing direcionado a coordenadores e professores de cursos relacionados ao meio ambiente da UFMT, que possibilitou ampliar o alcance de nossos estudos e iniciativas, fomentando discussões acadêmicas e colaborações científicas.

O "Zap REM", canal de whatsapp do REM MT, mostrou ser uma ferramenta de comunicação valiosa, fortalecendo a relação entre o time de coordenação do Programa, equipe de comunicação, parceiros, executores, co-executores e beneficiários do programa. A adesão ao WhatsApp tem possibilitado uma comunicação mais ágil e acessível, reafirmando nosso compromisso com inclusão e eficiência.

[2] Disponível em: https://www.canva.com/design/DAFZWJzlV64/JoOJ045qqcMUIhjGCHIRfw/edit?utm_content=DAFZWJzlV64&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton.



Figura 24. Exemplo de card para a campanha do 'Zap REM' destinado ao público indígena do Subprograma B.

7.3.3 Fortalecimento nas Redes Sociais

Houve progressos notáveis referente a atuação nas redes sociais durante o período em análise. O Instagram do Programa REM MT registrou um acréscimo de 1.021 seguidores, ao passo que a página no Facebook conquistou 54 novos seguidores. Desde a criação da página no Facebook totaliza 108.615 pessoas que têm visto os conteúdos publicados, enquanto no Instagram o número chega a 40.794.

O aumento de visitas em nossas plataformas online também foi notável. No Facebook, constatamos um crescimento de 152,8% nas visitas, totalizando 981. No Instagram, as visitas cresceram em 93,6%, somando 6.519. O incremento no alcance orgânico do Instagram, com um aumento de 98,8% nas visualizações, sublinha nosso empenho em criar conteúdo atrativo e relevante.

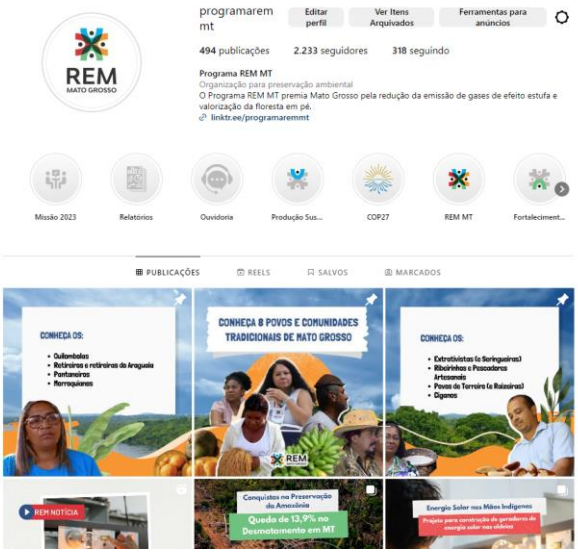


Figura 25: O Instagram do Programa REM MT (24 de agosto de 2023).

Tabela 09: Taxa de crescimento e interações com o público das notícias e redes sociais 2022/23

CANAL DE COMUNICAÇÃO	TAXA DE ALCANCE	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES E ENGAJAMENTO	MUNICÍPIOS QUE MAIS ACESSAM
Facebook	5.542 pessoas visualizaram nossas publicações	● +185 publicações ● +156 de engajamento (pessoas interagiram com a publicação) (+8.3%)	Cuiabá - 30,5 % Ji-Paraná(RO) - 4,1% Alta Floresta - 3,6% Várzea Grande - 3,6% Sinop - 3,3% Rondonópolis - 3,1% Juara - 2,8% Canarana - 2,6% Chapada dos Guimarães - 2,3% Paranatinga - 2,3%
Instagram	27.214 pessoas visualizaram nossas publicações	● +236 publicações ● +4,9 mil de engajamento (pessoas interagiram com a publicação) (+40,6%)	Cuiabá - 31,9 % Várzea Grande - 4,3% Sinop - 3,9% Alta Floresta - 3% São Paulo (SP) - 2,7%
Youtube	2.730 pessoas visualizaram nossas publicações	● +3 publicações (com versão em inglês) ● +52 inscritos ● +2,7 mil visualizações	X
Matérias jornalísticas	+30% inserções na mídia (em relação ao mesmo período do ano passado)	● 339 matérias publicadas	X

*Dados referentes ao período de junho de 2022 a julho de 2023; *Fonte: Estúdio de Criação do META e Youtube.

7.3.4. Estratégias de Contratação e Aquisições

Visando expandir a abrangência e eficiência, conduzimos contratações estratégicas. A melhoria do desempenho dos sites do Programa REM MT e do Instituto PCI está sendo viabilizada por meio de novo contrato para manutenção e otimização dos mesmos. Também está sendo realizada a contratação de serviços de radiodifusão, o

que vai possibilitar que o Programa alcance públicos em áreas remotas, possibilitando a conexão com a maior parte do público beneficiário do Programa. Esta contratação está com o status *em compras* e estamos aguardando posicionamento do FUNBIO para iniciar os trabalhos.

8. Prioridades para o ano de 2024

Diante do consistente avanço do Programa REM MT, no período descrito, serão priorizadas as seguintes atividades e ações resultantes dos esforços envidados:

i. Monitorar os projetos das subexecutoras em execução;
ii. Implementar o Sistema de Gestão de Riscos Socioambientais;
iii. Analisar e consolidar resultados dos projetos finalizados;
iv. Consolidação da estruturação operacional da PCI;
v. Divulgar os resultados no site do Programa e entre as partes interessadas
vi. Consolidar e publicar as lições aprendidas ao longo da Fase 1 do Programa em formato de livro.

9. Anexos

1- Relatório Executivo

2- Relatório de Avaliação de Meio Termo

3- Relatório Financeiro

Tabela 10: Quadro de Contatos

GRUPO DE COORDENAÇÃO DO REM MT				
ÓRGÃO	**NOME**	**CARGO**	**E-MAIL**	**TELEFONE**
SEMA	Ligia Nara Vendramin	Coordenadora do Programa REM	ligiavendramin@sema.mt.gov.br	65 98116-9045
SEMA	Maurício Philipp	Coordenador de Mudanças Climáticas	mmphilipp@sema.mt.gov.br	
Terceirizada	Mariana Coelho Vianna Gomes	Coord. de Comunicação Programa REM	marianavianna.rem@gmail.com	65 98421-5806
SEMA	Franciele Nascimento	Coord. de Subprograma Fortalecimento Institucional	francielenascimento@sema.mt.gov.br	65 99687-1885
SEMA	Elton Silveira	Apoio do Subprograma	eltonsilveira@sema.mt.gov.br	65 99651-5123

		Fortalecimento Institucional		
SEMA	Marcos Antonio Camargo Ferreira	Coord. Subprograma Território Indígena	marcos.ferreira@sema.mt.gov.br	65 98101-2008
EMPAER	Marcos Paulo Alves Balbino	Coord. Subprograma Agricultura Familiar	marcospauloab@gmail.com	66 99601-6933
EMPAER	Daniela Melo	Coord. do Subprograma Produção Sustentável	danielamelo@empaer.mt.gov.br	65 99233-5123
SEAF	Leonardo Vivaldini dos Santos	Apoio. de Subprograma Agricultura Familiar	leonardosantos@agriculturafamiliar.mt.gov.br	65 98161-5583
Grupo de Trabalho			rem@sema.mt.gov.br	

GERÊNCIA FUNBIO				
ÁREA	**NOME**	**CARGO**	**E-MAIL**	**TELEFONE**
Coordenação	Mariana Miguel dos Santos	Coordenadora de Portfólio	mariana.santos@FUNBIO.org.br	21 2123 5833
Gerência	Dante Novaes	Gerente	dante.novaes@FUNBIO.org.br	21 2123 5335
Gerência	Mary Teixeira	Analista de Projetos	mary.teixeira@FUNBIO.org.br	21 2123-5308
Financeiro	Ana Paula França	Analista Financeiro	ana.lopes@FUNBIO.org.br	21 2123 5316
Financeiro	Felipe Camelo	Assistente Financeiro	felipe.camello@FUNBIO.org.br	21 2123 5396
Assessoria Jurídica	Flávia Neviani	Coordenadora	flavia.neviani@FUNBIO.org,br	21 2123 5354
Aquisições	Fernanda Jacintho	Coordenadora	fernanda.jacintho@FUNBIO.org.br	21 2123 5340
Contratos	Suzana Amora	Coordenadora	suzana.ramos@FUNBIO.org.br	21 2123-5380

CONSULTORIA INTERNACIONAL				
ÁREA	**NOME**	**CARGO**	**E-MAIL**	**TELEFONE**
Consultoria Internacional	Magaly Medeiros	Consultora Nacional de Longo Prazo	magaly.medeiros@gopa.de	68 99985-2518 65 9623-9690